

**esec**

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE COIMBRA

**Departamento de Educação**

**Mestrado em: Educação de Adultos e Desenvolvimento Local**

# **Cidadania Digital: O Papel das TIC no Exercício da Cidadania dos Adultos**

2011



**esec**

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE COIMBRA

Departamento de Educação

# Cidadania Digital: O Papel das TIC no Exercício da Cidadania dos Adultos

**Ana Margarida Domingues Álvaro**

Relatório Final de Projeto de Investigação-Ação para obtenção do grau de Mestre em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local, orientado pela Professora Doutora Lucília Salgado, apresentado à Escola Superior de Educação de Coimbra, em 2011

Outubro de 2011



### **Agradecimentos**

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Doutora Lucília Salgado pela atenção dispensada e pela a disponibilidade para reunir fora de horas.

Uma palavra de agradecimento a todos os intervenientes no processo de investigação pela disponibilidade e simpatia com que participaram neste estudo.

À direção e coordenação do Centro Novas Oportunidades da ADEIMA pela colaboração e apoio prestados sempre que solicitado.

À minha colega Liliana pelas longas horas e viagens partilhadas, sozinha teria sido bem mais difícil.

Agradeço, por fim, à minha mãe e ao meu marido que me apoiaram em todos os momentos e que me transmitiram a serenidade necessária para a concretização de mais este projeto.



## **Cidadania Digital: O Papel das TIC no Exercício da Cidadania dos Adultos**

**Resumo:** Numa sociedade profundamente marcada pela tecnologia e pela globalização, novos desafios se colocam aos indivíduos que deverão estar preparados para uma nova cidadania – a cidadania digital.

Começamos por enquadrar a sociedade da informação e a transição para a sociedade do conhecimento, no sentido em que não basta ter acesso à informação é preciso transformá-la em conhecimento efetivo. Contudo, apesar de todas as oportunidades criadas pela tecnologia, há ainda o problema da exclusão social e do isolamento a que ficam sujeitos aqueles que por qualquer razão não têm competências ou acesso à tecnologia para usufruir dessas vantagens – falamos da infoexclusão e da crescente importância da literacia digital. Desta nova realidade, profundamente influenciada pela tecnologia, emerge o conceito de cidadania digital - mais abrangente, pluridimensional e sem limitações geográficas.

O objeto de estudo deste trabalho é o impacto do desenvolvimento e massificação das TIC nas relações sociais e no exercício de uma cidadania mais ativa das pessoas adultas pouco escolarizadas.

Definido o objetivo levámos a cabo um projeto de investigação assente na metodologia qualitativa, privilegiando as entrevistas semiestruturadas, e propomos um plano de ação que pretende conduzir ao reconhecimento e reflexão sobre as oportunidades de exercício de cidadania geradas pelas TIC.

**Palavras-chave:** Cidadania, Sociedade da informação, Sociedade do conhecimento, Infoexclusão, TIC, Adultos

**Abstract:** In a society deeply scarred by technology and the effects of globalization, new challenges confront the individuals that should be prepared for a new citizenship - digital citizenship.

We began by contextualizing the information era and the transition to the knowledge era, in the sense that it's not enough to be able to access information, it is needed to know how to transform it into actual knowledge. However, despite all of the opportunities created by technology, there still remains the problem of social exclusion and isolation of those who do not have the skills or the access to technology to take advantage of its benefits - we talk about infoexclusion and the growing importance of digital literacy. From this new reality, heavily influenced by technology, emerges the concept of digital citizenship - more comprehensive, multidimensional and without geographical limitations.

The object of the present study is the impact of the development and increasingly widespread use of ICT in social relations and in the exercise of active citizenship of the adult population.

After being defined the goal we conducted a research project based on the qualitative method, favoring semi-structured interviews, and we propose a plan of action that aims to lead to the recognition and reflection about the exercise of citizenship opportunities generated by ICT.

**Keywords:** Citizenship, Information era, Knowledge era, Infoexclusion, ICT, Adult

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	1
<b>PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b>	7
<b>CAPÍTULO 1 - A UTILIZAÇÃO DAS TIC NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO</b>	9
1.1 A massificação das TIC	9
1.2 Da sociedade da informação à sociedade do conhecimento	10
1.3 A Infoexclusão e a Literacia Digital	13
<b>CAPÍTULO 2 - A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS</b>	19
2.1 A origem e evolução do conceito aprendizagem ao longo da vida	19
2.2 As TIC como potencial fator de aprendizagem	21
<b>CAPÍTULO 3 - A EMERGÊNCIA DA CIDADANIA DIGITAL</b>	25
3.1 Origem e evolução do conceito de cidadania	25
3.2 Cidadania pluridimensional e digital	29
<b>PARTE II - TRABALHO EMPÍRICO</b>	35
<b>CAPÍTULO 1 - METODOLOGIA</b>	37
1.1 Objetivos da investigação e apresentação do problema	37
1.2 Contexto	39
1.3 Justificação metodológica	42
1.4 Caracterização da amostra	48
<b>CAPÍTULO 2 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS</b>	51
2.1 Relação com as TIC	51
2.2 Práticas de Cidadania com recurso à internet	54
2.3 Perceção das pessoas entrevistadas quanto ao papel das TIC no exercício da cidadania	65
<b>PARTE III - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b>	69
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	77

## **GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1</b> - Percentagem (%) de utilizadores de computador por escalão etário	15
<b>Gráfico 2</b> - Percentagem (%) de utilizadores de computador por nível de escolaridade	16
<b>Gráfico 3</b> - Nível de escolarização alcançado pelos adultos dos 25 aos 44 anos, residentes no concelho de Matosinhos	40
<b>Gráfico 4</b> - Nível de escolarização alcançado pelos adultos dos 45 aos 64 anos, residentes no concelho de Matosinhos	40
<b>Gráfico 5</b> - Nível de escolarização dos adultos à data de inscrição no CNO da ADEIMA em 2010	41

## **QUADROS**

<b>Quadro 1</b> - Guião de entrevista	43
<b>Quadro 2</b> - Matriz de temas, categoria e subcategorias de análise das entrevistas	46
<b>Quadro 3</b> - Caracterização dos entrevistados	50

## **ANEXOS**

<b>Anexo 1</b> - Grelha de análise de conteúdo de entrevista	87
<b>Anexo 2</b> - Exemplo de uma entrevista transcrita	93

## **INTRODUÇÃO**



Vivemos numa era em que a informação e o conhecimento transformam todas as esferas da vida em sociedade e o ritmo acelerado com que essas transformações acontecem deve-se principalmente ao desenvolvimento e massificação das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e ao processo de globalização.

Esta nova realidade social, a que muitos autores denominam de Sociedade da Informação ou Sociedade do Conhecimento, cria novas oportunidades de desenvolvimento da qualidade de vida dos cidadãos e, conseqüentemente, espera-se que estes exerçam a sua cidadania de forma ativa.

A cidadania activa incide na questão de saber se e como as pessoas participam em todas as esferas da vida social e económica, quais as oportunidades e os riscos que enfrentam nesta tentativa e em que medida essa participação lhes confere um sentimento de pertença à sociedade em que vivem e na qual têm uma palavra a dizer. (Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida, 2000, p. 6)

Consideramos que existe uma forte interligação entre as competências de literacia digital e o exercício da cidadania, mas não ignoramos que ao contrário das crianças e jovens que já crescem na sociedade tecnológica, os adultos têm de se adaptar a ela e essa adaptação nem sempre é pacífica, podendo resultar na exclusão social de indivíduos, que por não terem competências técnicas ou por não saberem lidar com o excesso de informação, perdem oportunidades que têm conseqüências na sua qualidade de vida, não só a nível social mas também económico, nomeadamente no que respeita ao emprego.

O objeto de estudo deste trabalho insere-se na área da educação de adultos e da aprendizagem ao longo da vida, especificamente no que diz res-

peito à literacia digital e ao papel das tecnologias da informação e comunicação na promoção da cidadania ativa dos adultos.

Trata-se de uma temática atual, especialmente em Portugal, onde as iniciativas no campo da educação de adultos têm ganho particular relevo na última década (através, por exemplo, do processo de reconhecimento, validação e certificação de competências e da iniciativa Novas Oportunidades), e onde, simultaneamente, foi implementado o Plano Tecnológico, estratégia política que visa: “qualificar os portugueses para a sociedade do conhecimento”, “Vencer o atraso científico e tecnológico” e “Impri-  
mir um novo impulso à inovação”<sup>1</sup>.

No que diz respeito à bibliografia específica relativa à promoção da cidadania, a maioria dos autores desenvolve essencialmente a questão da educação para a cidadania em contexto escolar e tendo como população-alvo crianças e jovens e, raramente, os adultos. Já no que respeita à bibliografia sobre as questões ligadas à tecnologia, tivemos o cuidado de consultar fontes o mais recentes possível para que refletissem as rápidas transformações tecnológicas (principalmente no que respeita à utilização da internet que nos últimos anos permite formas de interação e de partilha entre utilizadores nunca antes vistas). Não podemos deixar de referir a vantagem de abordar uma temática relacionada com as tecnologias da informação e comunicação, no que diz respeito à disponibilidade da bibliografia, uma vez que muita da bibliografia consultada existe em formato digital e está disponível na internet, em bases de dados de carácter científico (como bibliotecas, revistas científicas e universidades) e que,

---

<sup>1</sup> Documento de referência que visa a aplicação duma estratégia de crescimento e competitividade baseada no conhecimento, na tecnologia e na inovação, aprovado pelo Conselho de Ministros a 24 de Novembro de 2005. O Plano Tecnológico pode ser consultado em: <http://www.planotecnologico.pt/>

por conseguinte, nos merecem confiança e garantem segurança na informação.

Após a pesquisa e leitura da literatura específica, estruturámos o presente trabalho em três partes:

Na primeira parte apresentamos o enquadramento teórico e conceptual da temática que, por sua vez, estruturamos em três eixos teóricos. Começamos por contextualizar o impacto das TIC no desenvolvimento da sociedade da informação e a transição para a sociedade do conhecimento. Sabemos que esta transição trouxe novos desafios aos cidadãos que deverão estar aptos a aceder, tratar e transformar a informação em conhecimento específico, mas também verificamos que surgiram novas formas de exclusão e isolamento. Portanto desenvolvemos também a questão da infoexclusão e da importância do desenvolvimento de competências de literacia digital para contrariar essa tendência. Depois, enquadrámos esta temática no contexto da educação de adultos e da aprendizagem ao longo da vida, realçando a importância crescente de valorizar as aprendizagens efetuadas pelos indivíduos em qualquer contexto de vida e, consequentemente, de facilitar o acesso a oportunidades de aprendizagem diversificadas e orientadas para as necessidades dos adultos. Por último, damos conta de como as transformações sociais e tecnológicas das últimas décadas favoreceram a emergência de uma nova cidadania, a que chamamos de cidadania digital.

Na segunda parte deste trabalho justificamos o modelo de investigação - os objetivos, as questões orientadoras e as opções metodológicas. Recorremos à investigação de carácter qualitativo através de entrevista, dada a natureza descritiva e interpretativa do estudo, por termos considerado ser

o instrumento mais adequado para aferir que tipo de utilização quotidiana das TIC fazem os adultos, especialmente da internet, e que exercício de cidadania põem em prática a partir delas.

A terceira, e última parte, dedicamos às conclusões e discussão de resultados e propomos um plano de ação que pretende conduzir ao reconhecimento e reflexão sobre as oportunidades de exercício de cidadania geradas pelas TIC. Pois, um mundo em constante mudança, como o atual, levanta novos desafios aos cidadãos, que se espera que sejam cada vez mais ativos e participativos em todas as esferas da vida em sociedade.

**PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO**



## **CAPÍTULO 1 - A UTILIZAÇÃO DAS TIC NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO**

Vivemos numa era de grandes transformações a todos os níveis da vida em sociedade e o ritmo acelerado com que essas transformações acontecem deve-se principalmente ao desenvolvimento e massificação das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e ao processo de globalização.

### **1.1 A massificação das TIC**

O impacto dos rápidos progressos tecnológicos e a globalização estão entre os principais fatores que têm produzido as profundas mudanças sociais a que se tem assistido nas últimas décadas. De facto, progresso tecnológico e globalização são dois fatores profundamente interligados. Se por um lado a tecnologia favoreceu o processo de globalização, por seu lado, a globalização favorece o desenvolvimento e disseminação da tecnologia.

A massificação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) veio não só facilitar o acesso à informação, como facilitar e aumentar a circulação e interação de pessoas e bens, contribuindo fortemente para o processo de globalização. (Alves & Moreira, 2004)

É deste contexto que emerge o conceito de Sociedade da Informação, para caracterizar uma sociedade que utiliza em larga escala as TIC e a informação em formato digital.

Não podemos, no entanto, falar de Sociedade da Informação sem nos questionarmos sobre o que são afinal as TIC, ou que tecnologias podemos considerar da informação e da comunicação.

Segundo José Tomás Vargues Patrocínio (2004, p. 5), as TIC referem-se:

às actuais infotecnologias e às tecnologias infocomunicacionais baseadas nos equipamentos informáticos (o computador e os seus periféricos – hardware) e nos programas/suportes lógicos (software) que permitem operar com computadores em diferentes domínios e, principalmente, às redes digitais de informação e de comunicação, sobretudo a internet.

As TIC chegaram em meados dos anos 60 do século XX e vieram para ficar. O seu desenvolvimento e disseminação foram de tal maneira rápidos que atualmente fazem parte do nosso quotidiano e “mesmo os sujeitos que não são utilizadores frequentes das novas TIC são influenciados de forma directa ou indirecta pela sociedade tecnológica”. (Patrocínio, 2004, p. 12)

Estes utilizadores das TIC, são as pessoas que, em qualquer contexto da sua vida (trabalho, escola, lazer, etc.) utilizam frequentemente o computador e as tecnologias a ele associadas para aceder a dados, produzir e partilhar informação, comunicar e participar em redes digitais, com especial destaque para a internet.

## **1.2 Da sociedade da informação à sociedade do conhecimento**

Vivemos atualmente o paradigma da Sociedade da Informação ou Sociedade do Conhecimento (dois conceitos que distinguiremos a seguir), assistindo à rutura com uma visão economicista da sociedade, baseada na

força de trabalho e na produção, e à emergência de uma sociedade baseada na informação de base tecnológica e no conhecimento.

Segundo o Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal (1997, p. 9), Sociedade da Informação corresponde:

a um modo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, desempenham um papel central na actividade económica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais. A sociedade da informação corresponde, por conseguinte, a uma sociedade cujo funcionamento recorre crescentemente a redes digitais de informação.

Podemos então afirmar que uma sociedade com estas características tem de recorrer obrigatoriamente às tecnologias da informação e da comunicação e que o desenvolvimento destas influencia não só a actividade económica, mas todos os restantes fatores que determinam o bem-estar social (educação, saúde, lazer, entre outros).

Nas palavras de Luís Vidigal (2003, p. 226):

a sociedade da informação é, acima de tudo, uma comunidade que é capaz de adoptar e integrar as tecnologias avançadas de informação e comunicação na vida do dia-a-dia, em casa, no trabalho, nas actividades lúdicas e cívicas, conectando pessoas e grupos e sabendo tirar partido efectivo dos benefícios sociais e económicos proporcionados pelos instrumentos da Nova Economia.

A informação, em suporte tecnológico, é assim fator central da Sociedade da Informação e a chave para todo o tipo de processos produtivos, relações sociais e padrões culturais. (Ávila, 2005)

Mais recentemente surgiu a designação de Sociedade do Conhecimento.

Alguns autores abandonaram a designação Sociedade da Informação e preferem falar em Sociedade do Conhecimento, por considerarem que o fundamental é o conhecimento que resulta do acesso à informação e não tanto a informação propriamente dita. (Patrocínio, 2004)

Os indivíduos da Sociedade do Conhecimento deverão, portanto, estar aptos a aceder, tratar e transformar a informação em conhecimento específico, mas nem todos serão capazes de fazer essa transformação.

Há ainda quem exclua qualquer uma das designações aqui apresentadas e sugira a expressão Sociedade em Rede. Esta designação, da autoria de Manuel Castells, pressupõe que a Sociedade em Rede é:

uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. (Castells, 2005, p. 20)

Independentemente, da designação ou definição utilizada, elas representam a sociedade atual e partilham a ideia de que a vida é cada vez mais organizada em redor das TIC. Tornero coloca bem a questão afirmando que “No início do século XXI, a internet está a tornar saberes e documentos acessíveis a toda a gente, quase sem limitações, em qualquer parte do planeta.” (Tornero, 2007, p. 33)

Mas numa tal sociedade em que as fontes de informação crescem rapidamente e são facilmente acessíveis e a comunicação se torna cada vez mais rápida e eficaz, surgem novos problemas.

Por um lado, surge uma nova forma de exclusão social ou isolamento que atinge os cidadãos que não possuem as competências básicas para usu-

fruir das TIC ou não têm oportunidade de o fazer – denominada de infoexclusão.

Nesta nova sociedade (...) o conhecimento vai ser o principal recurso produtor de riqueza, o que supõe que os membros da sociedade não só devem ter uma formação básica, mas também incorporar conhecimentos de informática, de tecnologia, aspectos que não eram imprescindíveis até há uma década. (Osorio, 2003, p.32)

Por outro lado, levanta-se o problema do excesso de informação e da sua fiabilidade.

Não basta a informação, é necessário saber compreendê-la e interpretá-la, porque existe muita informação, excesso de informação (*information overload*), informação fidedigna e não fidedigna sobre as mais diversas temáticas. (Patrocínio, 2004, p. 115)

### **1.3 A Infoexclusão e a Literacia Digital**

Referimos anteriormente que um dos problemas decorrentes do acesso desigual às TIC é a infoexclusão. Ou seja, há ainda uma grande percentagem de pessoas a nível mundial, e Portugal não é exceção, que não tem acesso às TIC ou não as sabe utilizar e que, portanto, corre o risco de exclusão social, na medida que elas fazem parte do dia a dia de todos os cidadãos em situações que vão desde a comum utilização de um eletrodoméstico ou de uma caixa de multibanco, até à complexa aplicação, por exemplo, na investigação científica.

Como observa Ribeiro (2005, p. 33):

Quem não tem acesso à internet está numa situação cada vez mais precária face ao mercado de trabalho, sendo certo que as regiões não conectadas à internet

perdem competitividade económica e internacional e, por conseguinte, constituem focos de pobreza incapazes de acompanhar os novos modelos de desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de literacia, em oposição à infoexclusão, remete para a capacidade de utilização e interpretação da informação escrita (Ávila, 2005), mas também para a aquisição de competências básicas de TIC, isto é, literacia digital.

Mas o conceito de literacia digital não se aplica a toda a gente que utiliza as TIC regularmente. Não basta ter acesso às TIC e ter as competências técnicas para as utilizar, é essencial saber aproveitar as potencialidades que estas tecnologias têm para oferecer.

Glister (1997, citado por Newrly & Veugelers, 2009) caracteriza a Literacia Digital como a capacidade para compreender e usar informação, apresentada via computador, em múltiplos formatos e a partir de uma vasta gama de fontes.

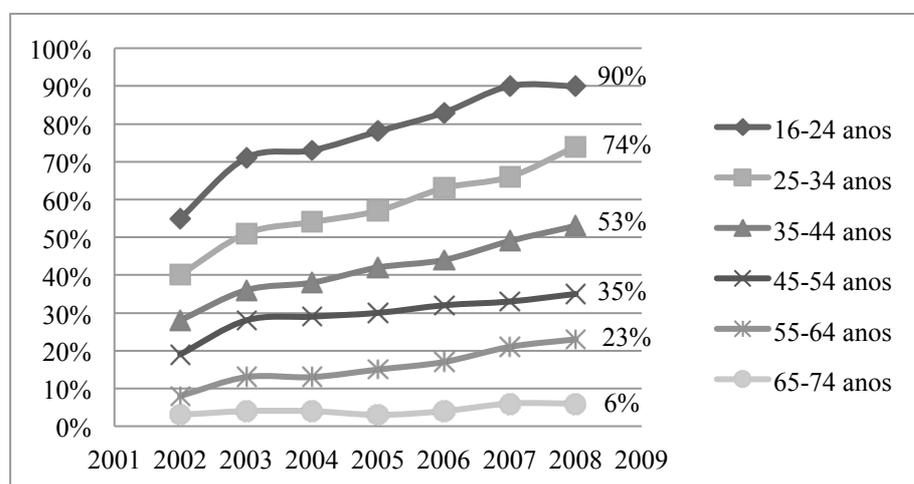
A literacia digital tornou-se uma das competências-chave da atualidade, tanto do ponto de vista económico como social. No entanto, verificamos que nas Sociedades que se querem do Conhecimento, a apropriação das competências digitais está diretamente relacionada com a faixa etária e com o nível de escolaridade dos seus utilizadores: “quanto mais jovens, maior a utilização e quanto maior o nível de educação, maior será o seu uso.” (Cardoso, 2005 p. 32)

Segundo o mesmo autor, as diferenças entre gerações resultam de uma sociedade em que as competências estão distribuídas de forma desigual, sendo que em sociedades onde a literacia base está mais bem implantada

as diferenças geracionais esbatem-se. Existe, portanto, uma forte associação entre as competências de literacia e a utilização das TIC.

Como podemos ver no gráfico seguinte (gráfico 1), tendo por referência o ano de 2008, em Portugal a maior taxa de utilizadores do computador situa-se no escalão etário dos 16 aos 24 anos (90%) e vai decrescendo até ao escalão etário mais alto, dos 65 aos 74 anos (6%).

**Gráfico 1 - Percentagem (%) de utilizadores de computador por escalão etário<sup>2</sup>**

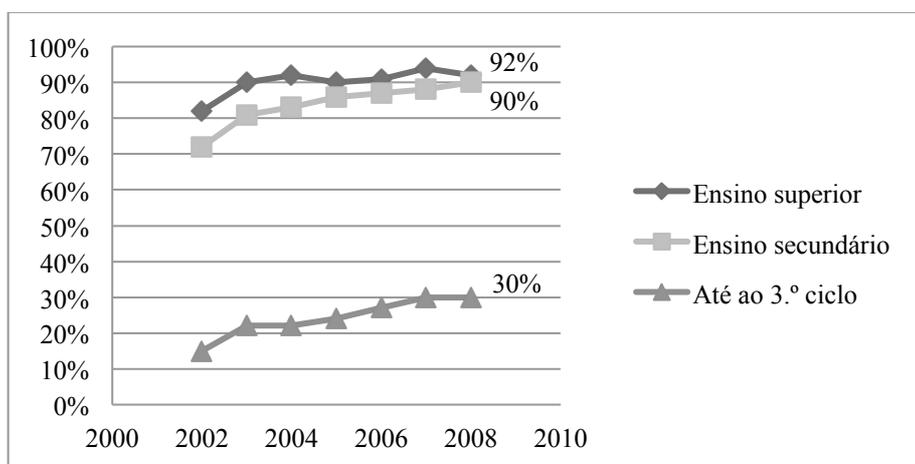


Também no que respeita à escolaridade se confirma a tendência de que quanto mais elevado é o nível de escolaridade, mais elevada é a percentagem de utilizadores de computador. Como podemos constatar no gráfico 2, em Portugal, tendo o ano de 2008 por referência, 92% dos utilizadores de computador situam-se ao nível do ensino superior, seguidos de

<sup>2</sup> Gráfico elaborado a partir dos dados disponibilizados por INE/UMIC em: *Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias 2002 - 2008* (inquéritos da responsabilidade de entidades públicas produtoras de estatísticas sobre a Sociedade da Informação em Portugal e compilados pela UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento em “Sociedade da Informação em Portugal 2008”).

perto pelos utilizadores com o nível secundário (90%), enquanto que a taxa de utilizadores com escolaridade até ao 3º ciclo do ensino básico é de apenas 30% .

**Gráfico 2 - Percentagem (%) de utilizadores de computador por nível de escolaridade<sup>3</sup>**



As desigualdades verificadas neste domínio afetam não só o desenvolvimento das sociedades, mas também os percursos de vida dos indivíduos. À medida que o processo de globalização evolui, também a relevância das competências de literacia digital aumenta e, por conseguinte, as desigualdades sociais causadas pela infoexclusão tendem a agravar-se, tendo consequências ao nível da qualidade de vida dos indivíduos que acabam por perder oportunidades de emprego, de salários mais elevados, de aprendizagem e de participação na esfera pública.

Mas, como já referimos, o conceito de literacia digital não se limita ao acesso às TIC e às competências técnicas para as utilizar, abrange tam-

---

<sup>3</sup> Idem

bém a capacidade de interpretar, gerir e refletir sobre a informação acessada, o que levanta outro dilema com que nos defrontamos na Sociedade da Informação – o excesso de informação.

Dispomos de muita informação e, muitas vezes, não somos capazes de a utilizar. A extraordinária capacidade de armazenamento de informação e a rapidez e facilidade com que lhe podemos ter acesso, geram desorientação e aquilo que alguns autores designam de intoxicação informativa ou infoxicação. (Alves & Moreira, 2004, p. 37)

Para tirar partido das vantagens da sociedade da informação sem perigo de ‘infoxicação’ é essencial conseguir gerir o conhecimento de forma personalizada e atribuir uma grande atenção à gestão documental das fontes de informação disponíveis. (idem, 2004, p. 37)

Relembramos aqui que estas competências são a chave para a transição da Sociedade da Informação para a Sociedade do Conhecimento. Mas para essa transição ser efetiva é necessário transpor os obstáculos que se levantam pelo referido excesso de informação.

Por um lado, existe uma grande quantidade de informação pouco ou nada fundamentada, manipulada, ou mesmo falsa, logo, para transpor esse obstáculo, o utilizador deverá ser capaz de distinguir a informação fidedigna da informação não fidedigna. Tal exige especial atenção às fontes consultadas, capacidade de reflexão e pensamento crítico e consciência de que a informação deve ser confrontada antes de ser tomada como fidedigna. (Patrocínio, 2004)

Por outro lado, o utilizador debate-se com a rapidez com que a informação perde atualidade e com a contradição gerada pelo excesso de fontes e especialistas, resultando num conhecimento generalista e superficial.

Considerando este cenário e o impacto das diferenças geracionais na literacia digital, é inevitável remeter esta temática para o contexto da educação de adultos, uma vez que são eles, principalmente os adultos pouco escolarizados, os que apresentam níveis mais baixos de literacia digital. Por outro lado, mesmo para os indivíduos com um nível de literacia digital superior, a abrangência das potencialidades das TIC e o seu acelerado ritmo de evolução, obrigam a uma constante renovação de competências que implica um processo contínuo de aprendizagem. (Ferreira, 2007)

Podemos assim dizer que a massificação das TIC pode favorecer os processos de aprendizagem ao longo da vida, que ganham especial relevo no contexto da educação de adultos, na medida em que os adultos, para acompanharem as rápidas mudanças tecnológicas, são levados a procurar contextos mais ou menos formais de aquisição e renovação de competências.

## **CAPÍTULO 2 - A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS**

Na perspectiva da aprendizagem ao longo da vida, o indivíduo é visto como o ator principal do processo de aprendizagem e todas as dimensões da sua vida são potenciais contextos de aprendizagem. Abordamos este conceito no contexto da educação de adultos, no sentido em que será fundamental que os adultos sejam capazes de aproveitar essas potencialidades para atualizar e renovar as suas competências acompanhando assim as rápidas transformações que se vivem na sociedade atual.

### **2.1 A origem e evolução do conceito aprendizagem ao longo da vida**

A origem do conceito de aprendizagem ao longo da vida associado à educação de adultos, remonta a 1919 num relatório que Sir David Lloyd George apresentou ao estado britânico sobre educação de adultos, no qual surge o termo *lifelong education* (educação permanente), para definir a educação de adultos como "uma necessidade permanente, um aspecto imprescindível da cidadania e, portanto, deve ser geral e durar a vida toda." (citado por Osorio, 2003, p. 17)

Desde o início que houve esta relação entre a educação permanente e educação de adultos, no sentido que seriam os adultos os que mais precisariam de estar atualizados e de adquirir novas competências, mas o conceito é mais abrangente e engloba todas as formas de educação, incluindo o próprio sistema escolar, e todas as pessoas de todas as idades.

Esta noção de educação ao longo da vida ganha força nos anos 70 do século XX e é acolhida e reconhecida internacionalmente por diferentes

instituições, nomeadamente Conselho da Europa, UNESCO e OCDE, mas é nos anos 90 que o panorama político e económico se torna favorável à sua divulgação que resultou na eleição de 1996 como *Ano Europeu de Educação e de Formação ao Longo da Vida*. A aprendizagem passa a ser encarada como um processo social, que não acontece só na escola e durante a infância, mas ao longo de toda a vida.

De acordo com a definição adiantada pela Comissão Europeia no *Memorando sobre a aprendizagem ao longo da vida* (2000), a *aprendizagem ao longo da vida* consiste em:

toda a actividade de aprendizagem em qualquer momento da vida, com o objectivo de melhorar os conhecimentos, as aptidões e competências, no quadro de uma perspectiva pessoal, cívica, social e/ou relacionada com o emprego.

A esta perspetiva temporal da aprendizagem ("ao longo da vida") associam-se os contextos em que a mesma pode ocorrer, isto é, a aprendizagem pode ocorrer em qualquer fase e em qualquer situação da vida dos indivíduos.

O *Memorando* distingue três categorias/contextos de aprendizagem:

- Aprendizagem formal, que é aquela que decorre em instituições de ensino e formação, ou seja, contextos organizados e estruturados de aprendizagem, e da qual pode resultar um diploma ou certificado;
- Aprendizagem não-formal, que resulta de atividades de formação, paralelas aos sistemas formais de aprendizagem, mas que não conduz necessariamente a uma certificação formal;
- Aprendizagem informal, que se desenvolve nos mais diversos contextos da vida quotidiana e não é necessariamente intencional.

Por terem lugar em contextos não estruturados de educação/formação, as aprendizagens não formal e informal tendem a ser subvalorizadas, quer socialmente quer pelos próprios sujeitos, mas é através dos sistemas de aprendizagem ao longo da vida que a necessidade de renovação contínua dos conhecimentos e competências é satisfeita. (Ferreira, 2007)

## **2.2 As TIC como potencial fator de aprendizagem**

De facto, a aprendizagem ao longo da vida é uma exigência da sociedade atual que, ao contrário de concepções anteriores que direcionavam as responsabilidades para o estado e para as instituições ligadas à educação, está centrada no indivíduo e é este que tem a responsabilidade de aprender e seleccionar o que quer, como e onde aprender.

A formação do indivíduo e o desenvolvimento das suas competências – sobretudo a de saber aprender e de se auto-formar – serão as únicas armas capazes de o ajudar a enfrentar as condições com que a sociedade o presenteia, queiramos ou não, de forma envenenada ou emancipatória. (Salgado, 2005, p. 2)

Segundo Abrar Hasan (1996) esta abordagem da aprendizagem ao longo da vida enfatiza a necessidade de preparar as crianças e motivá-las para aprender ao longo da vida e de serem criadas oportunidades para os adultos se atualizarem e adquirirem novas competências. O mesmo autor refere ainda que a aprendizagem ao longo da vida visa: promover o desenvolvimento pessoal, fortalecer os valores democráticos, promover a vida em comunidade e a coesão social e favorecer a inovação, a produtividade e o crescimento económico.

Por conseguinte, na sociedade atual, caracterizada por fatores como o avanço tecnológico e a facilidade de acesso à informação que atuam si-

multaneamente como fatores de desenvolvimento e de discriminação e exclusão, é fundamental facilitar o acesso dos cidadãos aos recursos e a oportunidades de aprendizagem diversificadas e orientadas para as suas necessidades, pois ao valorizar as aprendizagens efetuadas pelos indivíduos em qualquer contexto de vida, pressupõem-se que a aprendizagem é uma dimensão que está sempre presente na vida dos cidadãos. (Raggatt, Edwards & Small, 1996)

O indivíduo é visto como o ator principal do processo de aprendizagem e todas as dimensões da sua vida são potenciais contextos de aprendizagem. Neste sentido, todas as iniciativas das pessoas e instituições (escolas, centros de formação, poder local, associações...) e todas as potencialidades das TIC, nomeadamente a internet, favorecem a aquisição de competências desde que sejam criadas oportunidades e os adultos estejam abertos a aproveitá-las, porque as competências adquirem-se e o potencial de exclusão social das TIC não é uma inevitabilidade. (Cardoso, 2005)

Através da internet:

as pessoas trocam toda a espécie de mensagens, a nível individual ou no seio de grupos, participam em conferências electrónicas sobre milhares de assuntos diferentes, têm acesso às informações públicas contidas nos computadores que fazem parte da rede, têm ao dispor a potência de cálculo de máquinas que se encontram a milhares de quilómetros, constroem, em conjunto, mundos virtuais puramente lúdicos, ou, com maior seriedade, constituem uns para os outros uma imensa enciclopédia viva, desenvolvem projectos políticos e amizades (mas entregam-se, igualmente, ao ódio e à fraude). (Lévy, 1997, p. 12)

As TIC, e a internet em particular, tornaram-se instrumentos fundamentais em todas as esferas da vida em sociedade. Não só podem contribuir

para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, como podem ser um importante instrumento de promoção da cidadania. Sendo que, um dos grandes desafios para o futuro será de estender a todos os cidadãos as competências suficientes de literacia digital, para que todos possam beneficiar desse potencial tecnológico.



## **CAPÍTULO 3 - A EMERGÊNCIA DA CIDADANIA DIGITAL**

No cenário de grandes transformações sociais e tecnológicas das últimas décadas, emerge uma nova cidadania, a que chamamos de cidadania digital, mais abrangente, pluridimensional e sem limitações geográficas.

### **3.1 Origem e evolução do conceito de cidadania**

Assistimos à emergência de uma sociedade em rede, caracterizada por uma nova noção do tempo e do espaço e por uma crescente interatividade entre as pessoas com recurso à tecnologia. Através da internet o tempo, o espaço, a informação, a comunicação e as relações humanas alteraram-se profundamente, dando lugar à abolição de fronteiras e à criação de espaços e comunidades virtuais abertas a uma nova sociabilidade, logo a uma nova conceção de cidadania. (Vidigal, 2003)

O conceito de cidadania torna-se um conceito abstrato, ambíguo e passível de ser interpretado de diferentes formas.

A origem da ideia tradicional de cidadania remonta à Antiga Grécia e ao desenvolvimento das cidades-estado assentes na participação política dos cidadãos. Portanto, os cidadãos tinham o direito e o dever de participar na vida política, mas havia critérios de distinção social. Os cidadãos eram uma minoria que detinha o poder, os estrangeiros, as mulheres, as crianças e os escravos não eram considerados cidadãos, não lhes sendo reconhecidos direitos.

A cidadania significava, portanto, algo mais do que a garantia de plenos direitos. Era, pois, um status que oferecia ao cidadão várias possibilidades, indo além das destinadas ao indivíduo comum. (Rezende Filho & Câmara Neto, 2001, s/ p.)

Na Roma antiga o conceito de cidadania era semelhante. A cidadania estava fortemente ligada ao Estado e aos direitos políticos, que eram dominados pelos patrícios.

Em Roma (...), o exercício da cidadania coincidia com o respeito pelo Estado de direito que impunha a observância das leis, mas a cidadania era vista como privilégio de alguns e sempre ligada aos que detinham o poder. (Patrocínio, 2004, p. 132)

Podemos então concluir que a origem do conceito de cidadania remonta à Antiguidade Clássica, no sentido que se aproximava do poder político, defendendo uma igualdade de direitos, mas que, de facto, não se verificava.

Durante a Idade Média, o regime feudal e a crescente influência das temáticas religiosas passaram para segundo plano as questões ligadas à participação política. A sociedade de ordens era claramente segmentada, tanto político como juridicamente, e esta conjuntura só começou a mudar a partir do Renascimento, com o retoma dos ideais greco-romanos. (Rezende Filho & Câmara Neto, 2001)

Mas os maiores progressos em relação à cidadania verificam-se no século XVIII, resultado das revoluções americana e francesa que, assentes nos ideais de liberdade e igualdade, lançaram as bases para um novo tipo de poder político e aproximaram o conceito de cidadania ao conceito de Estado-nação, isto é, a cidadania depende de uma entidade política que representa um grupo de pessoas que constitui uma nação. Grupo de pessoas esse que partilha uma cultura comum e um território próprio.

A ideia de que os homens podem viver num mundo justo e em que todos acedam a condições dignas de existência, não era nova, mas é no decurso dessas revoluções que pela primeira vez a possibilidade da criação desse mundo passa do

campo da pura especulação filosófica e da religião para o campo dos valores políticos. (Capucha, 2000, p.191)

Contudo, apesar da sobreposição do conceito de cidadania ao conceito de nacionalidade, as desigualdades persistem, as mulheres, as crianças e os mais desfavorecidos economicamente, mesmo partilhando a mesma nacionalidade, continuam a ser excluídos do exercício dos direitos que conferem o estatuto de cidadão.

O debate sobre a cidadania retoma os ideais das revoluções após a segunda guerra mundial, com a Declaração Universal dos Direitos do Homem que proclamava, como condições para o exercício de uma cidadania plena por todos os povos e nações, o direito à liberdade, à igualdade e a garantia dos direitos humanos.

Mas foi apenas com as guerras mundiais e com o temor à extrema violência dos conflitos e de seus subprodutos, como foram os regimes totalitários, que a sociedade civil e os órgãos internacionais, como a ONU, entenderam ser os direitos humanos uma questão de primeira ordem para o tema da cidadania contemporânea. (Rezende Filho & Câmara Neto, 2001, s/ p.)

Embora a ação da ONU não tenha sido, e continue a não ser, suficiente para impedir situações de violação dos direitos humanos, alargou o debate sobre a cidadania e sobre os efeitos das diferenças sociais no seu exercício.

Como defendido Thomas Humphrey Marshall em *Citizenship and Social Class* (1950), o conceito de cidadania acompanhou e foi influenciado pelas diferenças entre classes sociais e sua evolução ao longo do tempo. Segundo este autor, o conceito de cidadania divide-se em três elementos:

1. civil, composto pelos direitos fundamentais à liberdade individual, como a liberdade de expressão, de pensamento e religião, o direito à propriedade e a celebrar contratos e o direito à justiça;
2. político, que corresponde ao direito de participar no exercício do poder político, como membro de um órgão político ou como eleitor dos membros desse órgão;
3. social, um conjunto de direitos que vão do direito ao bem-estar económico e à segurança ao direito de partilhar em pleno do património social e a viver de acordo com os padrões prevaletentes nessa sociedade. (Marshall, 1950)

Concluindo, tradicionalmente a cidadania esteve sempre associada à dimensão política, isto é, ao exercício do poder e ao conjunto de direitos e deveres de um indivíduo pertencente a um Estado, estando desta forma limitada a um espaço e a uma cultura. Contudo, na sociedade contemporânea, esta definição não corresponde à realidade e remete para um conjunto de contradições que se tornam cada vez mais evidentes na sociedade contemporânea marcada pelos efeitos da globalização, das migrações e da relações interculturais.

As contradições inerentes à cidadania do Estado-nação têm sido moldadas pela acção da globalização. (Castles, 2007, p. 112)

Segundo este autor a globalização enfraquece o poder do Estado em relação ao seu território e às suas fronteiras; favorece o intercâmbio cultural e atenua as diferenças culturais; favorece a mobilidade das populações, aumentando em grande escala o número de pessoas que vive fora dos seus países de origem e, por fim, leva ao aparecimento das “comunidades

transnacionais” que correspondem a grupos de pessoas estrangeiras que mantém atividades em vários países simultaneamente.

A globalização não é no entanto a única causa para as contradições ou limitações do conceito de cidadania na sociedade contemporânea. Puhle (2000) aponta o princípio da igualdade como uma das limitações do conceito de cidadania, no sentido em que todos os cidadãos deverão ser tratados de forma igual, por mais desigual que seja a distribuição da riqueza e do poder e por mais que os desfavorecidos e as minorias continuem a precisar de medidas especiais.

Por outro lado, a exclusão social enfraquece a participação política e descredita as instituições públicas que deixam de garantir os direitos fundamentais.

### **3.2 Cidadania pluridimensional e digital**

Por conseguinte, fatores como a globalização, as migrações e a diversidade cultural colocam novos desafios ao poder político e fazem emergir um novo conceito de cidadania.

Para Nogueira e Silva (2001) a forma mais adequada de cidadania nas sociedades contemporâneas, é a cidadania múltipla. Uma cidadania que pode ser exercida em diferentes contextos, sem estar limitada a fatores como a nacionalidade ou a características culturais comuns. A efetivação desta cidadania permite a participação em contextos mais alargados, mas não exclui os contextos mais próximos.

Roberto Carneiro (2003, p. 22) fala em cinco dimensões da nova cidadania:

a cidadania democrática, que está relacionada com liberdades fundamentais, direitos humanos e dignidade da pessoa humana, e que é “uma cultura de paz, não uma cultura de violência, que faculta o exercício natural da autoridade do poder por uma maioria que não despreza os legítimos direitos das minorias.”;

a cidadania social, que reconhece que o indivíduo é um ser social e que só pode viver integrado numa comunidade;

a cidadania paritária que apela ao reconhecimento da efetiva igualdade de oportunidades de género;

a cidadania intercultural que diz respeito à diversidade e ao relacionamento entre culturas, “consagrando que cada grupo tem direito à afirmação da sua fé, da sua crença, da sua filosofia, da sua língua, das suas condições étnicas”;

e, por último, a cidadania ambiental ou ecológica que apela ao respeito pela natureza.

Trata-se de uma nova cidadania, uma cidadania pluridimensional e digital, porque vivemos uma nova realidade social, para a qual muito contribuíram o desenvolvimento tecnológico e o processo de globalização.

Falamos em cidadania digital, com base na metáfora criada por José Tomás Patrocínio (2004, p. 10), para quem a expressão cidadão digital “envolve uma outra complexidade, na exacta medida em que a tecnologia digital perpassa toda a sociedade e a vida actual é uma vida potencialmente mais interactiva.”

Cada vez mais o cidadão tem oportunidade de ser um cidadão ativo, porque desenvolve uma consciência cívica global e participa em novos espaços de debate e troca de ideias.

Estes novos espaços alteraram radicalmente o conceito de espaço-público. Na internet qualquer cidadão pode criar um espaço de opinião e debate sobre qualquer assunto do seu interesse. São exemplos dessa intervenção blogues, petições, fóruns de discussão, redes sociais, *chats*, votações eletrónicas, entre outros e é difícil que uma causa social passe despercebida aos cidadãos utilizadores desses serviços. Muitas destas redes virtuais têm características semelhantes às de uma comunidade, com exceção da partilha do mesmo espaço físico.

A comunicação mediada por computadores reúne pessoas pela partilha de interesses e objectivos e não por um acidente geográfico e as sociedades encontram uma maneira de desenvolver novos vínculos ou extrapolar os já existentes. (Vidigal, 2003, p. 224)

Existem inúmeros exemplos que demonstram que as TIC têm o poder de conseguir mobilizar os cidadãos para grandes causas humanitárias, por exemplo a mobilização dos novos *media* em torno da causa timorense, a mobilização de voluntários através da internet para a causa “*Limpar Portugal*”<sup>4</sup> ou a adesão de milhares de pessoas à causa divulgada através da rede social *Facebook* contra a pena de lapidação de Sakineh Mohammadi-Ashtiani<sup>5</sup>. Também a nível local existem iniciativas que recorrem

---

<sup>4</sup> “Limpar Portugal” foi um movimento cívico altruísta que teve como objectivo promover a educação ambiental através da iniciativa de limpar a floresta portuguesa no dia 20 de Março de 2010 (<http://www.limparportugal.org/>)

<sup>5</sup> Em 2010, o caso da iraniana Sakineh Mohammadi Ashtiani tornou-se uma controvérsia internacional, por ter sido condenada no seu país à pena de morte por lapidação (apedrejamento) por crime de adultério.

às ferramentas tecnológicas para exercer a cidadania, como é o caso de blogues criados com o objetivo de promover uma comunidade ou região.

Se por um lado as TIC possibilitaram aos cidadãos um nova forma de exercer a sua cidadania, por outro lado, os órgãos de soberania nacional e local, os partidos políticos, as associações e todo o tipo de instituições também criaram novas formas de chegar aos cidadãos.

A Internet não possibilita apenas novas práticas democráticas e de exercício da cidadania. Possibilita também reinventar a governação ao nível do relacionamento da administração pública com os cidadãos, designadamente através da disponibilização de serviços em linha, com reflexos em termos de equidade, celeridade, eficácia e transparência. (Ribeiro, 2005, p. 60)

Mais do que nunca as sociedades democráticas deverão ser formadas por cidadãos informados, que conhecem os valores da liberdade e da dignidade social e que são capazes de participar ativamente nos processos político, social e económico. (Medel Añonuevo & Mitchell, 2003)

Como vimos, as TIC abriram as portas a um mundo de oportunidades de intervenção e participação, mas não pudemos ignorar que muitos cidadãos não têm as competências de literacia digital que lhe permitam aproveitar essas oportunidades.

Nunca como hoje se criaram tantas tecnologias direcionadas ao relacionamento, mas a natureza humana nem sempre sabe tirar partido destas novas plataformas e destas novas oportunidades tecnológicas. (Vidigal, 2003, p. 225)

Portanto, o desenvolvimento da cidadania em todas as suas dimensões, faz da literacia digital e da educação para a cidadania questões fundamentais na Sociedade do Conhecimento.

Para a generalidade dos autores é através da aprendizagem ao longo da vida (formal, não-formal e informal) que se criam as condições para o desenvolvimento de uma verdadeira cidadania ativa. A educação para a cidadania pode acontecer em todas as áreas da existência das pessoas e deve ser incentivada a acontecer, pois “a virtude cívica não se desenvolve naturalmente, tal como a compreensão dos direitos dos cidadãos, deve ser desenvolvida e encorajada.” (Medel-Añonuevo & Mitchell, 2003, p.11)

Na abordagem mais formal da educação, especificamente na educação para a cidadania nas escolas, os autores abordam esta questão de uma forma mais operacional, definindo aquelas que consideram ser as temáticas essenciais ao debate sobre a cidadania.

Exemplo disso, são as seis temáticas que António Manuel Fonseca (2001), distingue como essenciais: o multiculturalismo e o respeito pela diferença; a crescente exclusão social, desde a iliteracia à ausência de proteção à velhice; a recuperação dos valores e a educação para valores; a ecologia e o desenvolvimento sustentável; a participação em instituições de cariz cívico e, por último, a identidade transnacional, isto é, a integração do cidadão num espaço mais vasto que o território nacional.

Por seu lado, Martins e Mogarro, propõem oito temáticas associadas à promoção da cidadania e a considerar na educação para a cidadania:

- Estado e nação – Leis, princípios, instituições e órgãos de soberania, nos regimes democráticos.
- Religião e religiões enquanto manifestação de cultura e espiritualidade.
- Relação do ser humano com a natureza, ambiente e organização socioeconómica.

- Diversidade de raças, etnias e culturas – multiculturalidade e inclusão social.
- Estrutura e papel da família e papéis associados ao género no trabalho e na família.
- Saúde e qualidade de vida (incluindo aspectos como: desporto, alimentação, segurança, higiene e sexualidade).
- Civilidade, convivência social e regulação das relações interpessoais.
- Média e novas tecnologias da informação e da comunicação, e como os utilizar de forma eficaz, com segurança, e eticamente. (Martins & Mogarro, 2010, p.192)

Como temos vindo a constatar o conceito de cidadania é ambíguo, pluri-dimensional e polissémico, mas na interpretação das várias abordagens, aqui presentes, encontramos alguns pontos comuns sobre os quais iremos fazer incidir a nossa investigação.

Atendendo à variedade de dimensões da cidadania contemporânea e de temáticas da educação para a cidadania, consideramos adequado abordar quatro grandes dimensões da cidadania:

1. a cidadania social, relativa à convivência social, às relações interpessoais e à participação em instituições de cariz social.
2. a cidadania democrática, que engloba direitos e liberdades individuais fundamentais nas sociedades democráticas e, também, o reconhecimento das instituições e órgãos de soberania;
3. a cidadania intercultural ou multicultural, uma cidadania inclusiva que respeita a diversidade de etnias e culturas;
4. e a cidadania ecológica, que se refere à relação entre o ser humano e a natureza e o ambiente e promove o desenvolvimento sustentável.

**PARTE II - TRABALHO EMPÍRICO**



## **CAPÍTULO 1 - METODOLOGIA**

Neste capítulo, apresentamos a problemática e os objetivos do estudo, a caracterização da amostra e o contexto onde estão inseridos os indivíduos selecionados para o estudo e a justificação metodológica do estudo, ou seja, as nossas práticas de investigação.

### **1.1 Objetivos da investigação e apresentação do problema**

O propósito da investigação não se centra em questões técnicas de funcionamento das tecnologias da informação e comunicação, mas sim no impacto do seu desenvolvimento e massificação nas relações sociais e no desenvolvimento de uma cidadania mais ativa das pessoas adultas.

Por conseguinte, o nosso objetivo geral será de reconhecer o impacto do desenvolvimento e massificação das TIC nas práticas de cidadania dos adultos pouco escolarizados.

De acordo com o objetivo geral definimos os seguintes objetivos específicos:

- Compreender a emergência da sociedade do conhecimento, os seus benefícios e os seus constrangimentos;
- Reconhecer a importância da literacia digital como aspeto fundamental da vida em sociedade;
- Conhecer as motivações e obstáculos à literacia digital;
- Compreender o potencial das TIC na aprendizagem ao longo da vida;

- Analisar os efeitos da literacia digital no exercício da cidadania dos adultos.

Colocamos então a seguinte questão de partida:

- Qual o papel das tecnologias da informação e da comunicação, especialmente da internet, no exercício da cidadania dos adultos pouco escolarizados?

Para responder a esta questão formulámos as seguintes questões orientadoras:

- Como é que as TIC entraram no quotidiano dos adultos?
- Que utilização fazem os adultos das TIC, especialmente da internet?
- Qual a interferência das TIC nas práticas de cidadania social?
- Qual a interação entre os adultos e as instituições públicas/políticas?
- Como interferem as TIC nas relações interculturais?
- Qual a interferência das TIC nas práticas de cidadania ecológica?
- Qual a perceção dos adultos relativamente ao papel das TIC no exercício da cidadania?

Apresentada a problemática passamos de seguida à caracterização do contexto em que teve lugar o nosso projeto de investigação-ação.

## 1.2 Contexto

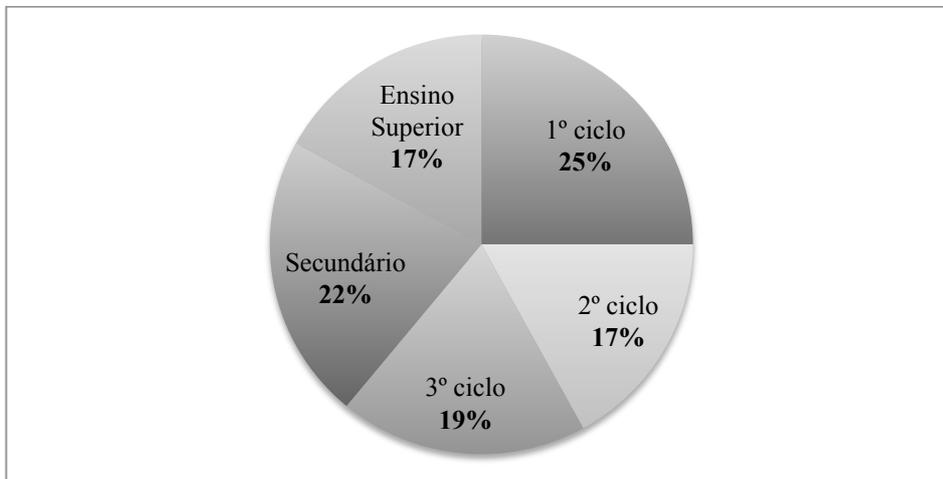
A nossa investigação, por conveniência de proximidade e de relação profissional com uma entidade que lida diariamente com população com características que se adequam ao propósito deste estudo, terá lugar no concelho de Matosinhos, distrito do Porto, mais concretamente no Centro Novas Oportunidades da ADEIMA (CNO da ADEIMA)<sup>6</sup>.

Segundo o Diagnóstico social do concelho de Matosinhos, o nível de qualificação de mais de 61% da população, com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos, não ultrapassa o 3º ciclo do ensino básico e a situação agrava-se na faixa etária entre os 45 e os 64 anos, em que 58% da população tem apenas o 1º ciclo de escolaridade, como podemos verificar nos gráficos 3 e 4, relativos ao nível de escolarização alcançado pela população adulta, por grupo etário, residente no concelho de Matosinhos.

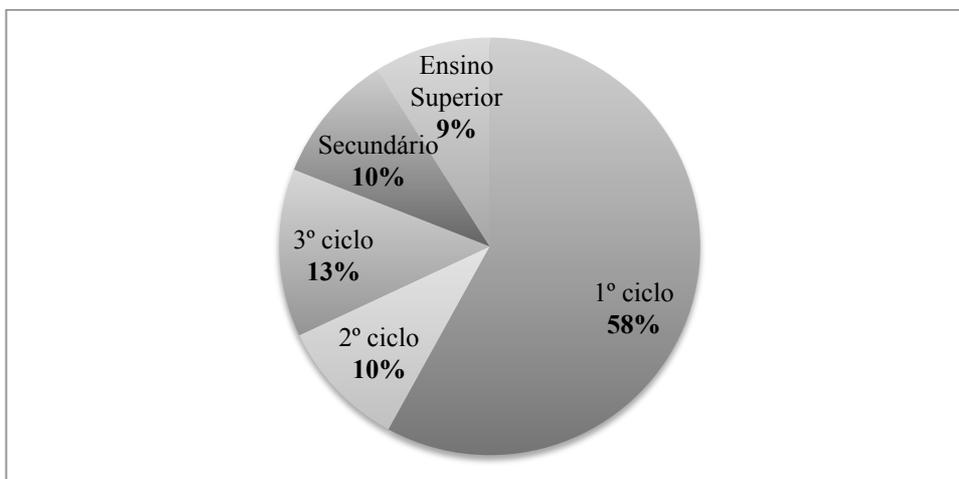
---

<sup>6</sup> A investigadora desempenha funções de formadora da área de competências-chave de *Cidadania e Profissionalidade* no CNO da ADEIMA. A principal função de um formador é avaliar e validar as competências desenvolvidas pelos adultos ao longo da vida, comparando-as com as competências de um referencial de competências-chave.

**Gráfico 3 - Nível de escolarização alcançado pelos adultos dos 25 aos 44 anos, residentes no concelho de Matosinhos<sup>7</sup>**



**Gráfico 4 - Nível de escolarização alcançado pelos adultos dos 45 aos 64 anos, residentes no concelho de Matosinhos<sup>8</sup>**



<sup>7</sup> Gráfico elaborado a partir dos dados disponibilizados por INE - Recenseamento da População e da Habitação, 2001 e publicados no Diagnóstico social do concelho de Matosinhos em Fevereiro de 2005.

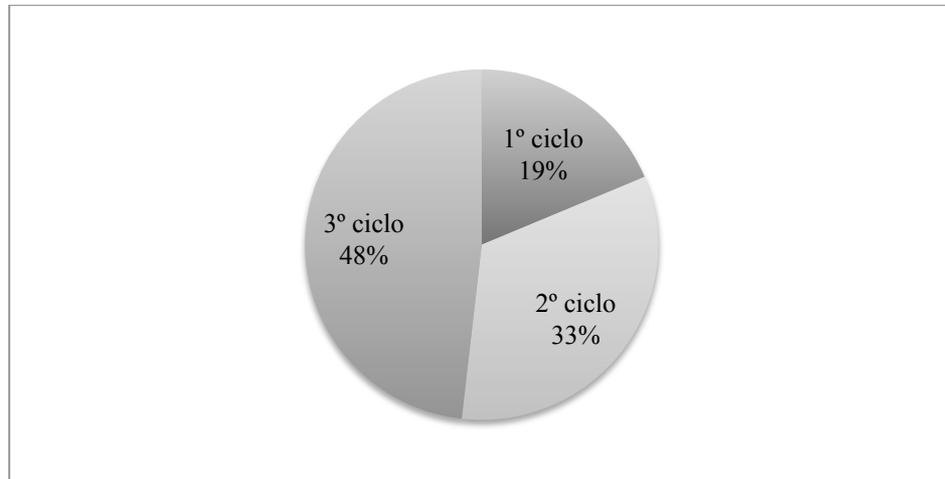
<sup>8</sup> idem.

O CNO da ADEIMA entrou em funcionamento em 2001 e surgiu como um projeto que pretende dar resposta aos baixos níveis de instrução da população adulta do concelho de Matosinhos.

Naturalmente, as características da população do concelho são semelhantes ao público que procura um centro de novas oportunidades, que, pelas características da sua atividade, se dirige a pessoas maiores de 18 anos que não concluíram o seu percurso de qualificação e, portanto, a sua escolaridade se situa entre o primeiro e terceiro ciclos do ensino básico.

Segundo o relatório de atividades do CNO da ADEIMA de 2010, à data de inscrição no centro 19% das pessoas abrangidas tinham habilitações iguais ou inferiores ao 1º ciclo do ensino básico, 33% estavam ao nível do 2º ciclo do ensino básico e 48% ao nível do 3º ciclo do ensino básico.

**Gráfico 5 - Nível de escolarização dos adultos à data de inscrição no CNO da ADEIMA em 2010<sup>9</sup>**



<sup>9</sup> Gráfico elaborado a partir dos dados disponibilizados no *Relatório de Atividades do CNO da ADEIMA, 2010*.

Considerando que no enquadramento teórico concluímos que a idade e o nível de escolaridade influenciam o nível de literacia digital dos indivíduos e que a literacia digital pode favorecer o exercício da cidadania, julgamos que este contexto reúne as características adequadas ao desenvolvimento do nosso estudo.

### **1.3 Justificação metodológica**

Dada a natureza exploratória deste estudo, como já referimos, optámos por uma metodologia de carácter qualitativo, pois segundo Gauthier:

A tradição de investigação qualitativa, em ciências sociais, consiste essencialmente em estudar e em interagir com as pessoas no seu terreno, através da sua linguagem, sem recorrer a um distanciamento que levaria ao emprego de formas simbólicas estranhas ao seu meio. (1987 citado por Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 2008, p. 47)

Tratando-se de um estudo que se insere na área da educação de adultos a investigação qualitativa permite recolher informação que não seria possível optando por outra metodologia, no sentido em que é mais flexível na informação que é possível obter, nomeadamente através de entrevistas, torna possível o estudo de casos particulares de uma população relativamente reduzida e conta com o papel subjetivo do investigador na recolha da informação. Não negamos no entanto a abordagem quantitativa, uma vez que certas quantificações são também possíveis, por exemplo no enquadramento da temática e caracterização da população-alvo. (Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 2008)

O instrumento de recolha de informação privilegiado foi a entrevista semi-estruturada, uma vez que:

Corretamente valorizados, estes processos permitem ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados. (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.191)

Este tipo de instrumento permitiu que os entrevistados respondessem livremente às questões colocadas, o que geralmente resulta em maior flexibilidade, mais variedade e detalhe nas respostas.

**Quadro 1 - Guião de entrevista**

<b>Objetivos gerais</b>	<b>Objetivos específicos</b>	<b>Perguntas</b>
- Estabelecer o tipo de relação que a pessoa tem com as TIC.	<b>1.</b> Aferir quando e porque motivo a pessoa começou a utilizar as TIC, especificamente a internet.	<b>1.1</b> Descreva quando, como e porquê começou a utilizar o computador. <b>1.2</b> Descreva quando, como e porquê começou a utilizar a internet.
	<b>2.</b> Calcular o peso que a utilização das TIC tem no quotidiano da pessoa.	<b>2.1</b> Quanto tempo despense por dia à utilização do computador e quanto desse tempo é dedicado à internet?
	<b>3.</b> Caracterizar o tipo de utilização que a pessoa faz da internet.	<b>3.1</b> Descreva o tipo de utilização que faz da internet e porquê. <b>3.2</b> Dê alguns exemplos do tipo de informação que pesquisa na internet. <b>3.2.1</b> Qual a sua opinião sobre o tipo de informação que encontra na internet?
- Desocultar práticas de cidadania na utilização da internet	<b>4.</b> Reconhecer a interfe-rência das TIC nas práticas de cidadania social (relações interpessoais, participação em associa-ções...)	<b>4.1</b> A utilização do computador, nomeadamente da internet alteraram os seus hábitos de vida e de trabalho? <b>4.2</b> As TIC têm modificado a forma como se relaciona com as pessoas?

Objetivos gerais	Objetivos específicos	Perguntas
		<p><b>4.3</b> Considera que tem feito amigos através da internet (e-mail, chats, redes sociais, etc.)? De que forma?</p> <p><b>4.4</b> Colabora com alguma associação/ coletividade?</p> <p><b>4.4.1</b> A associação tem presença na internet? Como tira partido dessa presença?</p>
	<p><b>5.</b> Descrever o tipo de interação entre a pessoa e as instituições públicas / políticas</p>	<p><b>5.1</b> Utiliza os sites das instituições / serviços públicos disponibilizados na internet? Quais e para que fim?</p> <p><b>5.2</b> Utiliza a internet para obter informação ou interagir com instituições ligadas ao poder político (p.ex: governo, ministérios, câmara municipal, junta de freguesia, etc.)?</p> <p><b>5.3</b> Alguma vez utilizou a internet para se informar dos seus direitos e deveres enquanto cidadão, trabalhador, consumidor, etc.?</p>
	<p><b>6.</b> Avaliar a influência das TIC nas relações interculturais ou multiculturais</p>	<p><b>6.1</b> Está envolvido em alguma rede digital? Porquê? Qual o seu envolvimento?</p> <p><b>6.1.1</b> Comunica com todo o tipo de pessoas ou apenas com pessoas que conhece pessoalmente?</p> <p><b>6.1.2</b> As pessoas com que contacta vivem todas na sua região, ou país, ou no estrangeiro?</p> <p><b>6.2</b> Participa ou já participou em movimentos, reivindicações, petições ou lutas por causas que considera importantes (nacionais e/ou internacionais)? Quais?</p>

<b>Objetivos gerais</b>	<b>Objetivos específicos</b>	<b>Perguntas</b>
	7. Determinar a influência das TIC na relação com a natureza e o ambiente	7.1 Alguma vez utilizou a internet para se informar de questões ligadas à natureza e ao ambiente? 7.2 Tira partido da internet para defender essas questões?
- Caracterizar a percepção da pessoa relativamente ao papel das TIC no exercício da cidadania	8. Distinguir os aspetos mais pertinentes da utilização das TIC no exercício da cidadania	8.1 Considera que as TIC favorecem a cidadania? Porquê? 8.2 O que destacaria como aspetos mais vantajosos da utilização das TIC? E menos vantajosos?

O papel do investigador durante a entrevista foi o de orientar o entrevistado para que este não se afastasse muito dos objetivos da entrevista e o de colocar novas questões para obter as respostas que o entrevistado não deu por sua própria iniciativa. A liberdade da resposta foi privilegiada pois poderia fazer surgir na entrevista informação nova que poderia vir a ser útil para a investigação.

Para Quivy & Van Campenhoudt (2008, p. 193) este método é especialmente adequado quando o objetivo é:

a análise do sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se veem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, etc.

O conteúdo das entrevistas foi objeto de análise para verificar se as respostas correspondiam aos resultados esperados e de reflexão sobre a investigação e pertinência da proposta de ação previamente delineada, que poderia ser alterada se as entrevistas resultassem em dados novos, não

previstos inicialmente, mas relevantes para a investigação. Para orientar a reflexão sobre os resultados obtidos, a análise de conteúdo foi organizada de forma sistemática através da sua divisão em temas e categorias de informação.

As entrevistas foram gravadas em registo áudio, transcritas e interpretadas com recurso a uma grelha de análise de conteúdo (anexo1) organizada por temas, categorias e subcategorias formuladas de acordo com os objetivos previamente propostos e que constam do guião de entrevista.

As categorias e subcategorias foram reformuladas após a análise das entrevistas e da transcrição das unidades de conteúdo que considerámos pertinentes e significativas para cada tema.

Apresentamos de seguida a matriz dos temas, categorias e subcategorias que resultaram da reformulação e que serviram de base à análise das entrevistas:

**Quadro 2 - Matriz de temas, categoria e subcategorias de análise das entrevistas**

<b>Tema</b>	<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
<b>Relação com as TIC</b>	Utilização do computador	Razão para começar a utilização do computador
	Utilização da internet	Peso da utilização da internet no quotidiano da pessoa
		Tipo de utilização da internet
<b>Práticas de Cidadania com recurso à internet</b>	Interferência das TIC nas práticas de cidadania social	Alteração de hábitos de vida pessoal e profissional
		Alteração da forma de relacionamento com as pessoas
		Papel da internet nas práticas de associativismo

Tema	Categorias	Subcategorias
	Interferência das TIC na interação com instituições públicas e/ou políticas	Utilização de serviços públicos disponibilizados na internet
		Interação através da internet com instituições ligadas ao poder político
		Pesquisa de informação sobre direitos e deveres
	Interferência das TIC nas relações interculturais ou multiculturais	Envolvimento em redes sociais digitais
		Comunicação com diversos tipos de pessoas de diversas origens
		Participação em movimentos, reivindicações e/ou petições via internet
Interferência das TIC na relação com a natureza e o ambiente	Papel da internet na defesa de questões ligadas à natureza e ambiente.	
<b>Percepção quanto ao papel da TIC no exercício da cidadania</b>	Papel da TIC no exercício da cidadania	Relação entre as TIC e as práticas de cidadania
		Vantagens e desvantagens da utilização das TIC

Por fim, após a análise de conteúdo de cada entrevista que foi organizada de forma sistemática através da sua divisão em temas e categorias de informação, agrupámos a informação por unidades de conteúdo semelhantes para facilitar a reflexão sobre os resultados obtidos.

#### **1.4 Caracterização da amostra**

A nossa amostra é constituída por indivíduos com baixa escolarização que se inscreveram no CNO da ADEIMA para elevar a sua qualificação escolar ao nível secundário e que são utilizadores das TIC, especialmente da internet, em outros contextos de vida para além do profissional. Trata-se de uma amostra não representativa, mas este estudo não tem intenção de generalização.

Entrevistámos 10 indivíduos, selecionados entre os candidatos que acompanhámos em dois grupos a frequentar o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) de nível secundário, que indiciavam corresponder ao perfil previamente definido e que se disponibilizaram para participar neste estudo.

Todas as entrevistas foram individuais e tiveram lugar nas instalações do CNO da ADEIMA. Foram precedidas por um momento de saudação, pelo enquadramento da entrevista, pela explicitação de questões éticas e por uma explicação breve da estrutura da entrevista. Como eixo orientador ao desenvolvimento da entrevista foi usado o guião de entrevista já apresentado (quadro 1) que foi preparado previamente de acordo com os objetivos propostos.

Os indivíduos entrevistados têm idades compreendidas entre os 38 e os 50 anos e têm em comum terem abandonado precocemente a escola, uns por motivos financeiros outros por falta de motivação ou desinteresse. Assim, as habilitações literárias destes indivíduos, à data da sua inscrição no CNO da ADEIMA, variam entre o 2º e o 3º ciclos, nomeadamente entre os 6º ano e o 10º ano de escolaridade, tendo retomado, na idade

adulta, a sua qualificação escolar com o objetivo de obter, pelo menos, a certificação de nível secundário.

Considerando que a questão do exercício da cidadania se verifica essencialmente em outros contextos de vida que não o profissional, a profissão dos indivíduos não foi critério de seleção, mas ao analisar a amostra verificamos que se encontram representadas diversas atividades profissionais que vão desde atividades ligadas à indústria transformadora, nomeadamente serralharia e mecânica, ao comércio e serviços.

Atendendo à questão da utilização das TIC no âmbito da educação de adultos, foram selecionados indivíduos que têm computador pessoal e que o utilizam diariamente para diferentes tarefas, entre as quais se destaca o acesso à internet para múltiplos fins, tratando-se portanto de indivíduos que desenvolveram as suas competências de literacia digital já na idade adulta. Sendo que nesta fase do estudo usámos a definição do conceito de literacia digital de Glister, para quem esta representa a capacidade para compreender e usar informação, apresentada via computador, em múltiplos formatos e a partir de uma vasta gama de fontes. (citado por Newrly & Veugelers, 2009)

De seguida apresentamos um quadro (quadro 3) com a caracterização dos entrevistados:

**Quadro 3 - Caracterização dos entrevistados**

Entrevistado	Sexo	Idade	Habilitações literárias à data de inscrição no CNO	Profissão
<b>E1</b>	M	50	3º ciclo	Escriturário
<b>E2</b>	M	43	2º ciclo	Serralheiro
<b>E3</b>	M	40	3º ciclo	Comercial
<b>E4</b>	F	42	3º ciclo	Escriturária
<b>E5</b>	F	45	3º ciclo	Administrativa
<b>E6</b>	M	39	3º ciclo	Supervisor
<b>E7</b>	M	40	2º ciclo	Mecânico
<b>E8</b>	M	41	3º ciclo	Soldador
<b>E9</b>	F	38	3º ciclo	Subgerente de loja
<b>E10</b>	M	49	3º ciclo	Chefe de tinturaria

## **CAPÍTULO 2 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

Transcritas as entrevistas e analisado o seu conteúdo de forma sistemática, agrupámos a informação recolhida por unidades de conteúdo semelhantes para proceder à análise e discussão de resultados, de acordo com os temas e categorias de informação definidos.

### **2.1 Relação com as TIC**

Da análise das respostas agrupadas na categoria relativa à utilização do computador, concluímos que todos os entrevistados começaram a utilizar esta ferramenta já na idade adulta e que todos a utilizam há pelo menos 10 anos.

Tendencialmente começaram a utilizar o computador em contexto profissional, apenas dois entrevistados referem ter começado a utilizá-lo em contexto pessoal, e metade dos entrevistados recebeu algum tipo de formação para começar a utilizar o computador.

*"Comecei a utilizar o computador em termos profissionais, tive essa necessidade, corria o ano de 2001. Havia necessidade de compilarmos mapas em Excel na empresa e então adquiri um computador pessoal." (E3)*

*"O primeiro contacto foi no trabalho, em que fazia gestão de stocks, fazia os lançamentos num programa próprio que a empresa tinha, fazia também o controle de ordens de serviço, o controle de ponto. Isto foi há volta de 20 anos" (E4)*

*"Na altura tivemos uma pequena formação pela empresa que nos vendeu o programa e basicamente só sabia usar o programa. Depois quando apareceu o Windows 95 também fizemos uma atualização e mais uma vez tivemos uma pequena formação e aos poucos fui-me adaptando ao Windows... até hoje." (E10)*

Esta utilização do computador em ambiente profissional rapidamente se alastrou ao ambiente familiar:

*"... a empresa adquiriu todo um sistema informático. Achei piada àquilo e como lá não tinha oportunidade e queria saber mais, acabei por adquirir um computador e comecei a utilizá-lo." (E6)*

*"...uma vez que já tinha adquirido (conhecimentos) a nível profissional, não foi muito difícil me adequar a nível pessoal." (E9)*

Atualmente, todos utilizam o computador diariamente e consideram-no uma ferramenta importante e útil. Mas é na utilização da internet que é despendida grande parte do tempo que gastam a utilizá-lo - cerca de 1 a 3 horas diárias em contexto privado.

*"95% da utilização do computador é dedicada à internet" (E2)*

*" Seguramente 3h por dia, presentemente isso equivale a 100% do tempo na internet" (E3)*

*" Quando estou no computador em casa é quase 100% na internet" (E5)*

Comparativamente à questão anterior, a resposta às questões relacionadas com a utilização da internet foram mais longas e mais espontâneas, tendo os entrevistados mostrado mais entusiasmo nas respostas.

Todos têm acesso à internet e a utilizam para um vasto leque de tarefas, algumas das quais passamos a enumerar: pesquisas para o processo de RVCC que se encontram a frequentar, utilização dos serviços de *homebanking*, leitura de jornais, consultas nos sítios da Bolsa de Valores e da Segurança Social, utilização dos serviços do Portal das Finanças, pesquisas de atividades de lazer, comunicação com outras pessoas, compras, procura de emprego, apoio aos filhos nas atividades escolares, consulta de blogues, entre outras.

*"Hoje em dia não sei é para que é que não se usa a internet." (E1)*

*"Eu diria que quase tudo!" (E2)*

*"Atendendo ao facto de estar desempregado é a minha principal ferramenta na procura ativa de emprego" (E3)*

*"Gosto muito de blogues, tenho uma série de blogues favoritos, de várias opiniões e vários quadrantes... Gosto muito de ler jornais, ao fim de semana principalmente, até fiz uma assinatura e deixei de comprar o jornal em papel." (E10)*

Verificámos que a pesquisa de informação é uma das funções da internet referida em todas as entrevistas e, na generalidade, a opinião dos entrevistados em relação a essa informação é que é de qualidade e de confiança. Embora alguns refiram alguns perigos da internet e a existência de informação pouco fidedigna, na generalidade a opinião é favorável.

*"Consegue-se boa informação sobre vários setores. Genericamente consegue-se tudo." (E1)*

*"A maioria da informação é fidedigna, mas também depende da informação que estamos a procurar." (E3)*

*"Bastante positiva. É verdade que muitas vezes através do Google aparece muita informação e nós acabamos por visitar um, dois, três, quatro endereços e aparece muita informação e não está lá aquilo que a gente procura..." (E6)*

*" Há muita variedade de informação. Tudo o que a gente precisa está lá tudo... A informação é fidedigna." (E7)*

Apenas três entrevistados parecem considerar seriamente a questão da fiabilidade da informação disponível e as desvantagens que podem ocorrer devido ao excesso de informação que, conforme referimos no enquadramento teórico deste trabalho, podem comprometer a sua capacidade

de compreender e interpretar a informação disponível, ou seja, o seu nível de literacia digital.

*"Em relação à informação há muita informação, acho que há demasiada até. Depois há outra coisa, há muita informação que não é verdadeira. "* (E2)

*"A internet também é um jogo perigoso. A internet tem informação que nos é útil, mas há outra que não nos interessa para nada, porque existem sites, existe informação que não é correta."* (E9)

*"Deixa-me um bocado baralhado essa informação toda."* (E10)

## **2.2 Práticas de Cidadania com recurso à internet**

Na segunda categoria foram agrupadas as respostas relativas à interferência das TIC, nas práticas de cidadania dos adultos, de acordo com as quatro dimensões que nos propusemos investigar: cidadania social (relações interpessoais e participação em associações ou movimentos coletivos); cidadania democrática (direitos e deveres fundamentais e reconhecimento das instituições); intercultural ou multicultural (respeito pela diversidade de etnias e culturas) e ecológica (relação com natureza e o ambiente).

Nesta categoria começámos por abordar as questões ligadas às relações interpessoais - cidadania social. Assim, quando questionados sobre as mudanças que a internet provocou nos seus hábitos de vida, apenas uma pessoa respondeu que a internet não mudou nada na sua vida, exceto ter criado o hábito de ligar o computador todos os dias *"para ir ao Facebook e ver o e-mail para ver se está tudo bem."* (E6), resposta que por si só aponta no sentido de alguma alteração ao nível das relações interpesso-

ais, uma vez que tanto o *Facebook* (rede social) como o correio eletrônico são meios de comunicação e interação com os outros.

Três respostas destacam a questão da comodidade e da poupança de tempo na execução de tarefas, porque sem a internet, não só demorariam mais tempo como implicaria terem de se deslocar, principalmente a instituições e serviços públicos, e agora podem tratar destas questões burocráticas sem sair de casa.

As outras questões referidas foram a da aprendizagem - a internet vista como recurso de informação e aprendizagem - e as relações interpessoais - a internet como facilitadora da comunicação e da interação com os outros:

*"... ora a termos acesso a informação sem sair de casa ou do trabalho, facilita a vida pela rapidez, pela comodidade de estar num sítio só onde se consegue fazer tudo ou quase tudo..." (E1)*

*"Sim, sem dúvida, considero-me uma pessoa mais informada. Além da informação, ganhei bastante tempo, porque para todas as coisas que faço na Internet deixei de me deslocar à rua - multibanco, repartições de finanças, até compras..." (E2)*

*" Sem dúvida que sim, é impossível não mudar, para melhor... Há duas razões: pelas questões do tempo e por questões culturais, porque realmente uma pessoa bebe sabedoria se estiver interessada em aprender pela internet, aquilo é um mundo de informação - boa informação, porque também há muito má." (E5)*

*" Sim, em todos os aspetos - na comunicação com as pessoas, a informação pelas pesquisas, mas mais a nível de comunicação com os amigos." (E7)*

*"Sim, acho que falo com mais pessoas, conheço pessoas de outros países e trocam-se ideias que antes era quase impensável." (E10)*

Portanto, o impacto da internet nas relações interpessoais é visto, pela generalidade dos entrevistados, como um impacto positivo, nomeadamente no retomar do contacto com pessoas com quem já não se falava há muito tempo ou com pessoas conhecidas ou familiares que se encontram a grande distância, nomeadamente no estrangeiro, e com quem, sem a internet, não se teria tanto contacto.

*"...com algumas até tem mais vantagem, porque já não as vejo há muito tempo ou não posso estar e é uma maneira de contactar com elas." (E4)*

*"Sim, em parte, porque como tenho familiares em França... com a internet havendo a possibilidade de se falar diariamente sem ter de pagar mais nada... mudou bastante. Entrei mais vezes em contacto com os meus familiares." (E2)*

Se para a maioria dos entrevistados as práticas de comunicação pela internet facilitam a comunicação e as relações interpessoais, há, no entanto, um entrevistado que se refere a essas práticas como inibidoras das relações interpessoais, considerando que isolam as pessoas e as tornam menos sociáveis.

*" Acho que nos torna menos sociáveis curiosamente... Acho que nos distancia mais do que nos aproxima." (E3)*

Quer aproximem quer afastem as pessoas, em geral todos concordam que a internet veio modificar as relações interpessoais, mas num primeiro contacto com esta ferramenta surgem algumas dúvidas e insegurança, principalmente no que respeita a contactar com pessoas que os entrevistados não conhecem pessoalmente.

*" Dou privilégio àquelas que conheço, pontualmente sou capaz de trocar uma ou outra impressão com quem não conheço, mas tento não o fazer." (E1)*

*"Tenho muitas pessoas a pedir-me amizade, mas fico ligeiramente com o pé atrás e não aceito a amizade." (E9)*

*"O amigo do meu amigo, sim, sei que é amigo do meu amigo. Agora qualquer pessoa, não." (E9)*

As inseguranças iniciais parecem atenuar-se com a continuidade da utilização da internet, principalmente das redes sociais, e as pessoas acabam por criar laços, mais ou menos profundos e até presenciais, com outras pessoas que conheceram via internet.

*"Já conheci pessoas via internet, graças à minha filha... eu nesse ponto inicialmente era capaz de ser um bocado contra, mas depois aparece o Facebook, o Hi5, o Messenger e uma pessoa acaba por se viciar e ver e falar com as pessoas que encontra na internet... Mesmo com um desconhecido às vezes uma pessoa acaba por ter uma conversa agradável. Não costumo trocar grande informação pessoal, mas cabo por me entreter a falar de assuntos da sociedade ou do mundo - é quase como estar no café." (E1)*

*"No Facebook, principalmente, tenho algumas pessoas que são amigos de amigos, inclusive já me encontrei com algumas dessas pessoas pessoalmente no casamento de um primo." (E2)*

*"Eu tenho alguns amigos no Facebook que não são meus amigos... São conhecidos. Se calhar 90% não os conheço pessoalmente. Acabamos por saber um bocadinho da vida das pessoas através de fotografias, etc." (E6)*

*"Conheci a minha namorada através da internet." (E8)*

*"A maioria não conheço pessoalmente - cerca de 70% dos amigos dos Facebook." (E10)*

Ainda no contexto da cidadania social, especificamente em relação às práticas ligadas ao associativismo ou a movimentos coletivos, todos os entrevistados, em algum momento da sua vida, estiveram ligados a asso-

ciações ou clubes, nomeadamente associações de pais, grupos ou clubes desportivos e partidos políticos. Embora algumas dessas organizações não tenham presença na internet nem tirem partido da mesma, na generalidade utilizam, pelo menos, o correio eletrónico para comunicar com os seus associados.

Há, no entanto, três casos em que se verifica um maior aproveitamento das potencialidades das TIC neste domínio.

Um dos casos trata-se de uma associação de pais que, para além de utilizar o correio eletrónico para comunicar com os seus membros, utiliza um *blog* para divulgar informação como horários de atendimento e divulgação de atividades desenvolvidas.

*"... redigia alguns posts para serem divulgados pelo blogue."* (E4)

A segunda situação diz respeito a um clube desportivo, em que a pessoa entrevistada criou uma conta de correio eletrónico, um blogue e uma página no *Facebook* para partilhar informação, angariar patrocínios e fomentar o espírito de equipa.

*"Acho que foi uma motivação extra porque, como tinha um grupo de atletas com idades ente os 14 e os 30 e pouco, o treino acabava e não havia aquela união e a forma de criar aquela união forte, que é aquilo que é preciso, foi a página no Facebook. Fazia com que todas fossem consultar, todas fossem amigas... isso fazia com que as pessoas acabassem por ter uma ligação mais forte."* (E6)

A terceira situação baseia-se exclusivamente na internet, isto porque a instituição em questão, Greenpeace, incentiva as pessoas a participarem nas suas campanhas pelo ambiente e pela paz através da ação como cibertivistas - pessoas que lutam por causas diversas através de meios tecnológicos.

*"Sou ciberativista da Greenpeace. Cá em Portugal como não há voluntariado, neste momento está suspenso, só se pode participar pela internet com divulgação... Já mandei um e-mail para o Pingo Doce por causa do peixe que eles vendem que não respeita as normas das espécies marinhas..." (E10)*

No contexto daquela que intitulámos de Cidadania Democrática, especificamente no que diz respeito à relação com as instituições e serviços públicos, as respostas dos entrevistados foram muito semelhantes, isto é, no geral todos referiram os mesmos exemplos, o que nos leva a crer que a utilização de serviços como os disponibilizados pelos bancos, pelo Ministério das Finanças ou pela Segurança Social são práticas correntes do quotidiano das pessoas para tratar dos seus assuntos pessoais.

Verificámos uma situação semelhante em relação às respostas sobre a procura de informação sobre direitos e deveres dos cidadãos. Todos os entrevistados referiram essencialmente ter pesquisado informação sobre a legislação laboral, apenas duas pessoas foram mais além e pesquisaram informação sobre outros direitos, nomeadamente os direitos do consumidor (E10) e do contribuinte (E8), o que deixa em aberto a discussão sobre se os cidadãos conhecem a diversidade dos seus direitos e deveres e estão conscientes deles.

Já no que respeita a obter informação ou interagir com instituições ligadas ao poder político as respostas variam. Duas pessoas responderam não ter contacto com estas instituições. Nas restantes respostas encontramos práticas que vão desde consultar informação e interagir com a autarquia local através do sítio na Internet ou da *Newsletter* que a autarquia envia periodicamente (resposta mais frequente), a consultas no Portal do Governo. Há ainda quem consulte o programa político dos partidos nos res-

petivos sítios na internet e quem siga a opinião de pessoas ligadas à política através dos seus blogues ou páginas do *Facebook*.

*" Quando é para reivindicar algo, é evidente, entro no site da Câmara de Matosinhos. Hoje em dia, também a propósito de reivindicar ou pelo menos dizer alguma coisa, uma das coisas em que gosto de participar de forma educada é entrar no Facebook do Presidente da República e deixar alguns alertas, já que ele também aderiu a essa rede..." (E1)*

*" Recebo a newsletter da Câmara Municipal de Matosinhos" (E4)*

*" ... cheguei a consultar o relatório de contas da Câmara Municipal de Matosinhos" (E6)*

*" Quando a gente está a ler um programa político estamos a lê-lo e temos tempo para se calhar tentar perceber aquela ideia e fazer a nossa própria avaliação. É diferente." (E3)*

*"Eu pesquiso muitas vezes o Portal do Governo" (E9)*

*"À vezes vou ao site do PSD e do PS. Gosto muito de ler blogues de pessoas que já estiveram na política. Às vezes faço um comentário num blogue... Na Câmara de Matosinhos tem lá o espaço do cidadão e às vezes uso esse espaço para fazer reclamações. (E10)*

Como já nos é permitido concluir através das respostas até aqui apresentadas, uma parte considerável do tempo despendido pelos entrevistados na internet, em contexto pessoal, é gasto nas redes sociais. Contabilizando as respostas, sete dos entrevistados usam frequentemente, pelo menos, uma rede social, dois raramente e apenas uma das pessoas entrevistadas não aderiu a qualquer rede social:

*"Eu não tenho, sou mais a amiga de mesa de café ou do passeio a pé. Lá está, eu estou mais de 8 horas por dia com o computador, por isso no meu tempo livre eu tento aproveitar e não usar o computador." (E5)*

As redes sociais identificadas foram: *Facebook, Tagged, Hi5, Twitter, Badoo* e *Google +*, há ainda quem refira o MSN Messenger, embora tecnicamente não seja considerado uma rede social mas sim um serviço de mensagens instantâneas. No entanto, o número de referências ao *Facebook* é muito superior comparativamente às outras redes.

Quando questionados sobre o tipo de envolvimento com as redes sociais as respostas reportam maioritariamente para o contacto com outras pessoas e a partilha de interesses, por exemplo através de fotografias, vídeos ou música.

*"Eu comecei a achar bastante interessante usarmos o teclado para trocarmos informação por essa via e hoje torna-se um ritual. Ao ligar o computador automaticamente ligo esses canais e depois há sempre alguém que me chama e a partir daí começa o diálogo."* (E1)

*"Às vezes a pessoa coloca um tema, ou uma fotografia, ou música, ou um filme e às vezes acabo por fazer um comentário qualquer e depois comentário vem, comentário vai..."* (E6)

*"O Facebbok acabou por acontecer porque todos os amigos tinham e não fazia sentido na altura também não fazer a criação da página para estarmos todos em contacto... no Facebook já podíamos partilhar as fotos, as músicas..."* (E9)

Sabemos que o novo conceito de cidadania - cidadania digital - é profundamente marcado pelos efeitos da globalização, das migrações e da diversidade cultural. Assim, como as redes sociais são um canal privilegiado de interação e comunicação, partimos do envolvimento dos entrevistados com essas redes para averiguar a existência de práticas de cidadania intercultural ou multicultural, isto é, tentámos saber se estas pessoas se relacionam com pessoas de outras regiões do país ou de outros países através das redes sociais.

Desde logo, nos foi permitido concluir que a diversidade cultural ou multiculturalidade está presente na redes de relações dos entrevistados que utilizam frequentemente as redes sociais, mas depende em larga medida da abertura da sua rede a pessoas que não se conhecem pessoalmente.

No entanto, mesmo no caso das pessoas cuja rede social gira quase exclusivamente à volta dos "amigos" (pessoas que se conhecem pessoalmente) e alguns "amigos de amigos" (pessoas com quem contactam por intermédio de amigos), os entrevistados identificaram sempre casos de diversidade cultural, especificamente grupos de amigos de outras regiões do país ou familiares que emigraram para o estrangeiro e com quem mantêm contacto via internet.

*"Há familiares que emigraram para a Alemanha e para França e é o canal mais rápido e mais fácil..." (E1)*

*"Tenho contacto com uma pessoa brasileira que conheci através de jogos online (snooker), de resto tenho amigos de vários pontos do país." (E7)*

*"Eu tenho familiares que estão no estrangeiro e eu faço muita comunicação com eles..." (E9)*

Como já mencionamos, a diversidade cultural ou multiculturalidade está mais presente na redes de relações mais abertas a pessoas que não se conhecem pessoalmente. Concluimos isso a partir dos testemunhos dos sujeitos cuja rede social envolve muitos "amigos", se não mesmo a maioria, que não se conheciam inicialmente de forma presencial.

*"(As pessoas que não conhece pessoalmente) são de outras zonas do país e de fora também. França, Trás-os-Montes, Trofa e Famalicão... tenho ali muita gente." (E2)*

*"Por brincadeira minha, o meu Facebook está dividido em amigos virtuais e amigos físicos.... amigos virtuais são, bem à vontade, para aí uns 60 a 70%. Não imaginava conhecer pessoas no Brasil, nem em Inglaterra." (E8)*

*"Conheci a minha namorada pela internet... A partir daí nasceu uma coisa espetacular que eu acho que tem a ver com a cultura daquele país... foi um convite de ir lá passar uma semana em agosto a Inglaterra. Eu nunca tinha saído de Portugal." (E8)*

*"Falo com pessoas de Inglaterra, de vários sítios... Tenho uma pessoa da Ucrânia, outra da Roménia. Do Brasil falo com muita gente. Cerca de 10 a 15% dos amigos no Facebook são estrangeiros... Nunca pensei que fosse tão simples trocar ideias e falar de assuntos, nós agora somos uma aldeia global e são assuntos que dizem respeito a toda a gente." (E10)*

Resumindo, através da internet aboliram-se fronteiras e criaram-se espaços e comunidades virtuais abertas a uma nova sociabilidade, logo a uma nova conceção de cidadania. (Vidigal, 2003)

No conjunto de perguntas sobre as práticas de cidadania com recurso à internet, a dimensão ecológica surgiu essencialmente no contexto dos movimentos, reivindicações e petições. De facto, os temas que estão na base dos movimentos, reivindicações e petições referidos pelos entrevistados enquadram-se não só naquela que chamámos cidadania ecológica, mas também na social e na democrática, mas foi claramente a primeira a mais referenciada nas respostas.

Apurámos então que as causas que mais motivam os entrevistados são as que estão ligadas à natureza e ao desenvolvimento sustentável, designadamente luta contra a poluição, conservação do património natural e defesa dos animais.

*"Há cerca de 3 semanas estou inscrito (pelo Facebook) numa associação que se chama "Mãos à obra Portugal" que trata de limpar as matas e florestas e aqui há dias houve umas jornadas na Maia e fui lá." (E2)*

*"Em setembro recebi uma (petição) e foi exatamente pela Liga Protetora dos Animais por causa de uns decretos que iam colocar na Assembleia da República para responsabilizar ainda mais as pessoas que maltratam os animais. Isso é das coisas que me entristece enquanto pessoa..." (E9)*

*"Partilho muitas vezes coisas dessas (causas do Facebook). Principalmente causas políticas e também do ambiente, até sou ciberativista da Greenpeace também pela internet." (E10)*

Três entrevistados não têm por hábito participar neste tipo de movimentos, nem assinar ou partilhar petições ou causas, principalmente se o suporte é digital. Mesmo entre os restantes sujeitos transparece alguma incerteza quanto à eficácia do suporte digital para este tipo de prática comparativamente com outros meios de divulgação de causas, mas na generalidade reconhecem-lhe eficiência em termos de tempo e alcance.

*"Não sei se depois no final tem o mesmo peso que uma petição assinada em papel, mas que se calhar é capaz de chegar a mais pessoas, isso acho que sim." (E4)*

*"O facto de ser pela internet facilita. Não tenho como saber se há mais gente a assinar, mas é muito mais fácil enviar para os amigos todos." (E5)*

*"Muitas vezes só com os meios digitais se consegue participar ativamente. Têm o mesmo efeito que as outras (petições) porque está lá o bilhete de identidade e chegam à Assembleia da República." (E10)*

Concluindo, as práticas de cidadania variam de acordo com a maior ou menor envolvência dos sujeitos com as TIC, mas mesmos nos casos de menor envolvência verifica-se algum tipo de interferência das TIC nas práticas de cidadania dessas pessoas.

### **2.3 Perceção das pessoas entrevistadas quanto ao papel das TIC no exercício da cidadania**

A terceira categoria de perguntas tinha o propósito de saber se na opinião dos entrevistados as TIC favorecem ou não o exercício da cidadania e destacar os aspetos mais vantajosos e os menos vantajosos da utilização da TIC. A formulação destas perguntas privilegiou a liberdade da resposta para poder surgir informação nova que pudesse ser útil para a investigação.

Globalmente, os entrevistados são da opinião que as TIC favorecem a cidadania porque facilitam o acesso à informação, a muita informação, o que faz com que as pessoas estejam mais bem informadas. Encontrámos referência à informação e à facilidade de acesso à mesma em nove das dez respostas, portanto a relação entre informação e cidadania é evidente.

Em jeito de conclusão pedimos às pessoas para identificarem os aspetos mais vantajosos e os menos vantajosos da utilização da TIC. Passamos a enumerar os aspetos mais vantajosos da utilização das TIC ordenados por ordem descendente de frequência da resposta:

- Facilidade de acesso à informação, a uma grande quantidade de informação, diversificada e imparcial;

*"Quanto mais informação tivermos mais aptos estamos a falar de qualquer tipo de assunto." (E4)*

*"(aspetos mais vantajosos) A informação e a facilidade de chegar até ela." (E5)*

- Rapidez na execução de um leque diversificado de tarefas,

*"A facilidade com que se trata de assuntos das finanças, segurança social..." (E10)*

- Facilidade de comunicação com pessoas que estão longe,

*"Favorece o contacto com os que estão longe." (E7)*

- Propagação e divulgação rápida de petições e movimentos coletivos,

*"As petições seguirem via internet é uma mais-valia." (E9)*

- Contacto com outros povos e outras culturas,

*"temos a possibilidade de conhecer outros povos, música de outros povos, literatura de outros povos, tudo isso através da internet." (E8)*

Os aspetos menos vantajosos da utilização das TIC identificados, ordenados do mais para o menos frequente, foram:

- Os perigos da internet, especialmente para os jovens,

*"(desvantagens) os sites perigosos principalmente para as crianças. A segurança na internet não está a 100% ainda." (E2)*

*"Tenho o cuidado de alertar a minha filha para os perigos da internet." (E5)*

- A falta de fiabilidade da informação ou a existência de informação sem interesse,

*"Desvantagens existem algumas, por exemplo, existe informação que não é fidedigna, tem sites que não são apropriados para lá estar e estão e muitas das vezes caímos na tentação..." (E9)*

- O excesso de informação e a dificuldade em fazer a sua triagem,

*"Também há excesso de informação às vezes, uma pessoa se quiser ver tudo e saber tudo... fico às vezes um bocado baralhado e tenho de formar a minha própria opinião apesar dessas ideias todas." (E10)*

- O isolamento das pessoas;

*"O senão é que nos afasta das pessoas e prende-nos em casa... Torna as pessoas sedentárias e acho que apesar de tornar o contacto com as pessoas mais frequente é um contacto artificial." (E3)*

- Aumento do desemprego,

*"Veio criar muito desemprego - a internet e a informática." (E6)*

- O excesso de exposição da vida ou falta de privacidade.

*"Tem uma parte negativa que é expor as pessoas, mas aí a culpa não é da internet, mas de quem expõe essas pessoas e acaba por denegrir a vida das pessoas... mas a internet veio facilitar isso." (E8)*



### **PARTE III - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**



Após a análise e reflexão sobre todos os dados recolhidos, consideramos ter reunido as condições que nos permitem tecer algumas conclusões sobre a problemática proposta, bem como apresentar limitações e constrangimentos desta investigação.

Retomando as questões orientadoras colocadas no início do estudo, iremos tecer algumas conclusões baseadas nos resultados obtidos através das entrevistas realizadas.

Em conformidade com a caracterização que fizemos da Sociedade da Informação - uma sociedade que utiliza em larga escala as TIC e a informação em formato digital - verificamos que as TIC estão presentes no quotidiano dos indivíduos entrevistados e que o computador é uma ferramenta fundamental, não só a nível profissional, como a nível pessoal e familiar.

O computador é indispensável, mas é à internet e aos serviços que esta disponibiliza que os inquiridos dedicam a grande maioria do seu tempo, daquele tempo que disponibilizam à utilização das TIC.

Conclui-se, portanto, que a utilização do computador e, especificamente, da internet tem alterado os hábitos de vida destes indivíduos e a forma como se relacionam com as pessoas e instituições.

Uma questão que fica em aberto prende-se com a literacia digital e a importância de aferir se estes indivíduos adultos que já utilizam as TIC há alguns anos possuem efetivamente competências de literacia digital, no sentido que esta não se limita ao acesso às TIC e às competências técnicas para as utilizar, abrange também a capacidade de interpretar, gerir e refletir sobre a informação acedida.

Por diversas vezes se levantou a questão da Informação – do excesso de informação, da boa e da má informação, da informação fiável ou falsa ou manipulada. De facto dispomos de muita informação e, muitas vezes, não somos capazes de a utilizar, mas tendencialmente as respostas dadas às questões relacionadas com esta temática deixam antever alguma confiança, porventura excessiva, na informação disponibilizada na internet e pouca preocupação na confrontação de fontes e na definição de critérios do que poderão ser fontes consideradas seguras e credíveis.

No enquadramento teórico dizemos que as TIC, e particularmente a internet, se tornaram instrumentos fundamentais da vida em sociedade e, como tal, podem não só contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, como ser um importante instrumento de promoção da cidadania. Após a análise das respostas dadas às questões relacionadas com as práticas de cidadania com recurso à internet, verificamos que existe uma forte interligação entre as competências de literacia digital e o exercício da cidadania, mas não deixamos de verificar que existe também alguma desconfiança em relação a alguns serviços disponibilizados *online* e descrença nos efeitos que as práticas de cidadania com recurso à internet poderão efetivamente ter em termos sociais e políticos.

No conjunto de práticas associadas à cidadania social, em termos de convivência social, as possibilidades de comunicação via internet provocaram mudanças que a maioria dos indivíduos considera positivas, porque lhes permitiram retomar do contacto com pessoas com quem já tinham perdido o contacto e com pessoas que se encontram a grande distância, com quem, sem a internet, não contactariam frequentemente. Já em relação à colaboração em movimentos associativos, embora a maioria dos

indivíduos entrevistados tenha alguma experiência nesse sentido, poucos parecem tirar real proveito da presença na internet dessas organizações.

No conjunto de práticas ligadas à cidadania democrática, verificamos que a utilização de serviços como os disponibilizados pelas instituições públicas são práticas correntes do cotidiano das pessoas, o que se deve principalmente à comodidade e à poupança de tempo na execução de tarefas. A generalização destas práticas permite antever que as pessoas são capazes de compreender e usar a informação disponibilizada por estas instituições através de suportes digitais, isto é, literacia digital.

A relação com as instituições estende-se a instituições ligadas ao poder político, embora em menor escala. Mas neste âmbito da cidadania democrática, considerando a diversidade de direitos e de deveres dos cidadãos, fica em aberto a discussão sobre se os cidadãos estão realmente conscientes dos seus direitos e dos seus deveres, pois encontramos poucas referências a outros para além dos laborais.

Apurámos que uma parte considerável do tempo despendido na internet, em contexto pessoal, é gasto nas redes sociais e que estas são um canal privilegiado de interação e comunicação. Assim, partimos do envolvimento nessas redes para aferir a existência de práticas de cidadania intercultural ou multicultural.

Concluimos que a diversidade cultural ou multiculturalidade está mais presente na vida dos que utilizam as redes sociais, mas depende em larga medida da abertura da sua rede a pessoas que não se conhecem pessoalmente. Através da internet criam-se redes de relações com novas características que aproximam pessoas culturalmente diversas que, de outra forma, nunca se conheceriam.

As práticas de cidadania ecológica surgem associadas sobretudo aos movimentos, reivindicações e petições, nomeadamente movimentos de luta contra a poluição, manifestações a favor da conservação do património natural e movimentos de defesa dos animais. Embora, exista alguma incerteza quanto à eficácia do suporte digital para este tipo de prática comparativamente a outros meios de divulgação, simultaneamente é-lhe reconhecida eficiência em termos de tempo e alcance.

Portanto, no que toca ao impacto das TIC nas práticas de cidadania, o balanço é positivo. Mesmos nos casos de menor envolvimento com as TIC verifica-se que têm algum tipo de interferência nas práticas de cidadania dessas pessoas.

Na nossa investigação consideramos também a perceção das pessoas entrevistadas quanto ao papel das TIC no exercício da cidadania. Globalmente, são da opinião que as TIC, mais especificamente a internet, favorecem o exercício da cidadania, mas apesar da diversidade de dimensões e práticas que tratámos, a maioria justifica a sua opinião com o argumento da facilidade de acesso à informação, porque isso faz com que as pessoas estejam mais bem informadas.

Ainda na perceção das pessoas, a facilidade de acesso à informação é também um dos aspetos mais vantajosos da utilização das TIC, aliado à rapidez de execução de tarefas e às oportunidades de comunicação com outras pessoas.

A opinião sobre os aspetos menos vantajosos é menos consensual. O aspeto mais vezes referido foi o perigo que a internet pode representar para os mais jovens, mas outras respostas referiram o excesso de informação,

a falta de fiabilidade da informação, o isolamento das pessoas, o aumento do desemprego e o excesso de exposição ou falta de privacidade.

Uma das limitações deste estudo encontra-se na sua reduzida amostra - 10 indivíduos. Por conseguinte, as conclusões obtidas aplicam-se apenas a essa população. Por outro lado, a amostra é constituída por pessoas a frequentar ou que já frequentaram o Centro Novas Oportunidades da ADEIMA, pelo que os resultados podem ser influenciados, não só pelas circunstâncias organizativas, mas também pela conjuntura social e política da Iniciativa Novas Oportunidades. Trata-se, portanto, de um estudo exploratório que pode abrir caminho a trabalho futuros que possam abranger uma população adulta mais numerosa e de contextos diversificados.

Acreditamos que os resultados deste e outros estudos podem conduzir à reflexão sobre as potencialidades das TIC como fator de aprendizagem ao longo da vida e como geradoras de oportunidades de exercício de cidadania. Nesse sentido, recomendamos a implementação de estratégias de aprendizagem ao longo da vida, pensadas a partir das orientações ou mensagens-chave transmitidas aos estados membros da união Europeia através do *Memorando de Aprendizagem ao Longo da Vida* (2000), especificamente estratégias:

- de aprendizagem ao longo da vida acessíveis a todos os cidadãos, e portanto mais próximas das comunidades, de aquisição e renovação de competências de literacia digital;
- e de reconhecimento social dos resultados das aprendizagens não-formais e informais no domínio da literacia digital e da cidadania ativa.



**BIBLIOGRAFIA**



- Alves, A. & Moreira, J. (2004). *Cidadania digital e democratização Electrónica* (versão eletrónica). Porto: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Ávila, P. (2005). *A Literacia dos adultos: Competências-chave na sociedade do conhecimento* (versão eletrónica). Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa.
- Capucha, L. (2000). Exclusão profissional, exclusão social e cidadania. In Viegas, J. & Dias, E. (Org.). *Cidadania, integração, globalização* (pp. 187-201). Oeiras: Celta Editora.
- Cardoso, G. (2005). Sociedades em transição para a sociedade em rede. In Castells, M & Cardoso, G. (Org.). *A sociedade em rede do conhecimento à acção política* (pp. 31-61) (versão eletrónica). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Carneiro, R. (2003). Globalização, governança e cidadania. In Gomes, M.T.S. (coord.). *A face oculta da governança: Cidadania, administração pública e sociedade* (pp. 17-48). Oeiras: INA – Instituto Nacional de Administração.
- Castells, M. (2005). A sociedade em rede: do conhecimento à política. In Castells, M & Cardoso, G. (Org.). *A sociedade em rede: Do conhecimento à acção política* (pp. 17-30) (versão eletrónica). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Castles, S. (2007). A nação e o império: As hierarquias da cidadania na nova ordem global. In Carvalhais, I. (coord.). *Cidadania no pensamento político contemporâneo* (pp.105-136) . Estoril: Príncipeia.

*Diagnóstico social do concelho de Matosinhos* (2005), Conselho Local de Acção Social de Matosinhos e CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social. Retirado a 16 de agosto, 2010, de [http://www.cm-matosinhos.pt/uploads/writer\\_file/location/410/20070824174012682020.pdf](http://www.cm-matosinhos.pt/uploads/writer_file/location/410/20070824174012682020.pdf)

Ferreira, A. (2007). *As tecnologias da informação e comunicação (TIC) na qualificação da população activa: O papel dos canais formais e informais de aquisição e desenvolvimento de competências em TIC na qualificação da população activa* (versão eletrónica). Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

Fonseca, A. M. (2001). *Educar para a cidadania: Motivações, princípios e metodologias*. Porto: Porto Editora

Hasan, A. (1996). Lifelong learning. In Albert Tuijnman (Ed.), *International encyclopedia of adult education and training* (2ª ed.) (pp. 33-40). Paris: Organization for Economic Co-operation and Development.

Lessard-Hébert, M; Goyette, G. & Boutin, G. (2008). *Investigação qualitativa: Fundamentos e práticas* (3ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget

Lévy, P. (1997). *A inteligência colectiva: Para uma antropologia do ciberespaço*. Col. Epistemologia e Sociedade. Lisboa: Instituto Piaget.

*Livro verde para a sociedade da informação em Portugal* (1997). Iniciativa Nacional para a Sociedade da Informação. Retirado a 16 de

agosto, 2010, de <http://www.posc.mctes.pt/documentos/pdf/LivroVerde.pdf>

Marshall, T. H. (1950). Citizenship and social class. In Manza, J. & Sauder, M. (2009). *Inequality and society: Social science perspectives on social stratification* (pp. 148-154). New York: W. W. Norton & Co.

Martins, M. J. D. & Mogarro, M. J. (2010). A Educação para a cidadania no século XXI. *Revista Iberoamericana de Educación*, (53) 185-202.

Medel-Añonuevo, C. & Mitchell, G. (Edit.). (2003). *Citizenship, democracy and lifelong learning*. Hamburgo: UNESCO.

*Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida* (2000). Comissão das Comunidades Europeia. Retirado a 14 de setembro, 2010, de [http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc/policy/memo\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc/policy/memo_pt.pdf)

Newrly, P. & Veugelers, M. (2009). How to strengthen digital literacy? Practical example of a European initiative “SPreaD”. *eLearning Papers* (12). Retirado a 16 de agosto, 2010, de <http://www.elearningeuropa.info/files/media/media18513.pdf>

Nogueira, C. e Silva, I. (2001). *Cidadania: Construção de novas práticas em contexto educativo*. Porto: Edições Asa

Osorio, A. (2003). *Educação permanente e educação de adultos*. Coleção Horizontes Pedagógicos. Lisboa: Instituto Piaget

- Patrocínio, J.T.V. (2004). *Tornar-se pessoa e cidadão digital* (vol 1). Dissertação de Doutoramento (versão eletrónica) apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.
- Puhle, H.-J. (2000). Cidadania e Estado-nação. In Viegas, J. & Dias, E. (Org.). *Cidadania, Integração, Globalização* (pp. 25-35). Oeiras: Celta Editora.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L.V. (2008). *Manual de investigação em Ciências Sociais* (3ª ed.). Lisboa: Gradiva
- Raggatt, P.; Edwards, R. & Small, N. (1996). From adult education to a learning society? In Raggatt, P.; Edwards, R. & Small, N. (Eds.), *The learning society: challenges and trends* (pp. 1-9) (versão eletrónica). London: Routledge.
- Relatório de atividades do CNO da ADEIMA* (2010). Documento não publicado. Centro Novas Oportunidades da ADEIMA, Matosinhos.
- Rezende Filho, C.B. & Câmara Neto, I.A. (2001). A evolução do conceito de cidadania. *Revista Ciências Humanas*, 7 (2). UNITAU – Universidade de Taubaté. Retirado a 25 de janeiro, 2011, de <http://www.unitau.br/scripts/prppg/humanas/index.htm>
- Ribeiro, N. (2005). *Municípios on-line: A rede como suporte a novas práticas de governação local* (versão eletrónica). Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Salgado, L. (2005). *Espaços, culturas e saberes: as novas e as velhas alternativas*. Comunicação apresentada no V Encontro de Ciências da Educação, Castelo Branco.

Tornero, J.M. (2007). O desenvolvimento da sociedade da informação: paradigma da cultura de massas ao paradigma da cultura multimédia. In Tornero, J.M. *Comunicação e educação na sociedade da informação: Novas linguagens e consciência crítica* (pp. 11-25). Porto: Porto Editora.

Vidigal, L. (2003). A cidadania activa e as novas comunidades virtuais. In Gomes, M. T. S. (coord.). *A face oculta da governança: Cidadania, administração pública e sociedade* (pp. 223-240). Oeiras: INA – Instituto Nacional de Administração.



**ANEXOS**



**Anexo 1 - Grelha de análise de conteúdo de entrevista** (organizada por temas, categorias e subcategorias)

<b>Análise de conteúdo - Entrevista</b>			
<u>Entrevistado:</u>			
<u>Local da entrevista / meio de entrevista:</u>		<u>Duração da entrevista:</u>	
<b>Tema</b>	<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Unidades de conteúdo</b>
- Estabelecer o tipo de relação que a pessoa tem com as tecnologias da informação e comunicação (TIC).	1. Aferrir quando e porque motivo a pessoa começou a utilizar as TIC, especificamente a internet.	1.1 Descreva quando, como e porquê começou a utilizar o computador.  1.2 Descreva quando, como e porquê começou a utilizar a internet.	
	2. Calcular o peso que a utilização das TIC tem no quotidiano da pessoa.	2.1 Quanto tempo despende por dia à utilização do computador e quanto desse tempo é dedicado à internet?	
	3. Caracterizar o tipo de utilização que a pessoa faz da internet	3.1 Descreva o tipo de utilização que faz da internet e porquê?	

Tema	Categorias	Subcategorias	Unidades de conteúdo
		<p>3.2 Dê alguns exemplos do tipo de informação que pesquisa na internet.</p> <p>3.2.1 Qual a sua opinião sobre o tipo de informação que encontra na internet?</p>	
<p>- Desocultar práticas de cidadania na utilização da internet</p>	<p>4. Reconhecer a interferência das TIC nas práticas de cidadania social (relações interpessoais, participação em associações...)</p>	<p>4.1 A utilização do computador, nomeadamente da internet alteraram os seus hábitos de vida e de trabalho?</p> <p>4.2 As TIC têm modificado a forma como se relaciona com as pessoas?</p> <p>4.3 Considera que tem feito amigos através da internet (e-mail, chats, redes sociais, etc.)? De que modo?</p> <p>4.4 Colabora com alguma associação/ coletividade?</p>	

	<p>4.4.1 A associação tem presença na internet? Como tira partido dessa presença?</p>	
	<p>5.1 Utiliza os sites das instituições / serviços públicos disponibilizados na internet? Quais e para que fim?</p>	<p>5. Descrever o tipo de interação entre a pessoa e as instituições públicas / políticas</p>
	<p>5.2 Utiliza a internet para obter informação ou interagir com instituições ligadas ao poder político (p.ex: governo, ministérios, câmara municipal, junta de freguesia, etc.)?</p>	
	<p>5.3 Alguma vez utilizou a internet para se informar dos seus direitos e deveres enquanto cidadão, trabalhador, etc.?</p>	
	<p>6.1 Está envolvido em alguma rede digital? Porquê? Qual o seu envolvimento?</p>	<p>6. Avaliar a influência das TIC nas relações interculturais ou multiculturais</p>

Tema	Categorias	Subcategorias	Unidades de conteúdo
		<p>6.1.1 Comunica com todo o tipo de pessoas ou apenas com pessoas que conhece pessoalmente?</p> <p>6.1.2 As pessoas com que contacta vivem todas na sua região, ou país, ou no estrangeiro?</p> <p>6.2 Participa ou já participou em movimentos, reivindicações, petições ou lutas por causas que considera importantes (nacionais e/ou internacionais)? Quais?</p>	
	<p>7. Determinar a interferência das TIC na relação com a natureza e o ambiente</p>	<p>7.1 Alguma vez utilizou a internet para se informar de questões ligadas à natureza e ao ambiente?</p> <p>7.2 Tira partido da internet para defender essas questões?</p>	

<p>- Caracterizar a percepção da pessoa relativamente ao papel das TIC no exercício da cidadania</p>	<p>8. Distinguir os aspetos mais pertinentes da utilização das TIC no exercício da cidadania</p>	<p>8.1 Considera que as TIC favorecem a cidadania? Porquê?</p> <p>8.2 O que destacaria como aspetos mais vantajosos da utilização das TIC? E menos vantajosos?</p>	
--	--	--	--



## Anexo 2 - Exemplo de uma entrevista transcrita

Análise de conteúdo - Entrevista			
Entrevistado: E1 (50 anos)			
Local da entrevista / meio de entrevista: CNO da ADEIMA			
Tema	Categorias	Subcategorias	Unidades de conteúdo
- Estabelecer o tipo de relação que a pessoa tem com as tecnologias da informação e comunicação (TIC).	1. Aferir quando e porque motivo a pessoa começou a utilizar as TIC, especificamente a internet.	1.1. Descreva quando, como e porquê começou a utilizar o computador.	<i>O computador comecei a utilizá-lo em 1990 e pouco, quando tirei um curso de operador de computadores, mas a sério só em 2008, 2009 por questões profissionais e não só, também para ajudar a minha filha na escola, para ler o jornal em vez de o comprar, para consultar os bancos. Por questões profissionais e por questões familiares o computador tornou-se uma ferramenta importante.</i>
		1.2. Descreva quando, como e porquê começou a utilizar a internet.	<i>A internet é o fator de termos as coisas em casa - bancos, supermercado e tudo. Comecei a utilizar a internet para ai em 2009 em termos diários e logo a começar no meu dia a dia.</i>
	2. Calcular o peso que a utilização das TIC tem no quotidiano da pessoa.	2.1. Quanto tempo depende por dia à utilização do computador e quanto desse tempo é dedicada à internet?	<i>Eu diria que das 8h às 3h da tarde umas 2, 3 horas por dia.</i>

Tema	Categorias	Subcategorias	Unidades de conteúdo
	3. Caracterizar o tipo de utilização que a pessoas faz da internet	<p>3.1. Descreva o tipo de utilização que faz da internet e porquê.</p> <p>3.2. Dê alguns exemplos do tipo de informação que pesquisa na internet.</p>	<p><i>Hoje a internet serve-me para ler o jornal, para ajudar a minha filha na escola, para consultar os bancos em termos pessoais, serve-me para ver como é que está a bolsa, como é que vai o mundo...</i></p> <p><i>Se eventualmente quero saber algo sobre um escritor, por exemplo para ajudar a minha filha... Se quero saber algo sobre um medicamento, onde se arranja que efeitos secundários. Para planejar umas férias, numa viagem qual é o trajeto mais cómodo...</i></p> <p><i>Hoje em dia não sei é para que é que não se usa a internet.</i></p>
	4. Reconhecer a interferência das TIC nas práticas de cidadania social	3.2.1. Qual a sua opinião sobre o tipo de informação que encontra na internet?	<p><i>Para mim é ótima, a única coisa que eu condeno eventualmente na internet, e tento educar a minha filha nesse sentido, é que a internet tem tudo, tem o bom e o mau. Ora há sites que não se devem visitar, há sites que dizem uma coisa e são outra e há os chamados perigos da internet.</i></p> <p><i>Consegue-se boa informação sobre vários setores. Genericamente consegue-se tudo.</i></p>
- Desocultar práticas de cidadania na utilização da		4.1. A utilização do computador, nomeadamente da internet alteraram os seus	<p><i>A internet na minha vida ou na vida do cidadão comum faz mudar que ligando o computador faz com que as coisas entrem em casa, ora a termos acesso a informação sem sair de casa ou do trabalho facilita a vida pela rapidez, pela</i></p>

internet	(relações interpessoais, participação em associações...)	hábitos de vida e de trabalho?	<p><i>comodidade de estar num sítio só onde se consegue fazer tudo ou quase tudo. Há um ganho de tempo e ao mesmo tempo um ganho de informação.</i></p> <p><i>Eu acho que hoje em dia qualquer pessoa precisa e utiliza a internet. Os pais às vezes são puxados pelos filhos e até pessoas, digamos já de alguma idade, têm curiosidade de saber o que é a internet, às vezes fala-se nas universidades sénior, há até cursos de aprendizagem e vê-se a pessoas mais velhas a tornarem-se viciadas também na internet, porque é um mundo que se abre, abre horizontes. Ao mesmo tempo que as pessoas encontram coisas que acham engraçadas estão-se a cultivar.</i></p> <p><i>As pessoas acabam por ter uma cultura mais vasta.</i></p> <p><i>Já, graças à minha filha, também eu nesse ponto inicialmente era capaz de ser um bocado contra, mas depois apareceu o facebook, o hi5, o Messenger e uma pessoa acaba por se viciar e ver e falar com as pessoas que encontra na internet.</i></p> <p><i>Em termos pessoais e até profissionais estas linhas acabam por aproximar as pessoas.</i></p> <p><i>Mesmo com um desconhecido às vezes uma pessoa acaba por ter uma conversa agradável. Não costumo trocar grande informação pessoal, mas acabo por me entreter a</i></p>
		<p>4.2. As TIC têm modificado a forma como se relaciona com as pessoas?</p> <p>4.3. Considera que tem feito amigos através da internet (e-mail, chats, redes sociais, etc.)? De que modo?</p>	

Tema	Categorias	Subcategorias	Unidades de conteúdo
			<p><i>falar de assuntos da sociedade ou do mundo - é quase como estar no café.</i></p>
		<p>4.4. Colabora com alguma associação/ coletividade?</p>	<p><i>Neste momento não, já fui membro da associação de pais.</i></p>
		<p>4.4.1. A associação tem presença na internet? Como tira partido dessa presença</p>	<p><i>(Associação de Pais) é importante a internet em termos de troca de informação com os pais e com os próprios alunos, mas neste momento não faço nada disso.</i></p>
<p>5. Descrever o tipo de interação entre a pessoa e as instituições públicas / políticas</p>		<p>5.1. Utiliza os sites das instituições / serviços públicos disponibilizados na internet? Quais e para que fim?</p>	<p><i>Fundamentalmente o Portal do Cidadão, onde se consegue ter e tratar de assuntos ligados a nós, recolher informação em termos de Diário da República...</i></p> <p><i>Por outro lado é importante para tratar das questões fiscais aliado ao Portal das Finanças, senão não há envio de IRS, não se compra o selo do carro...enfim, não se tratam uma quantidade de coisas.</i></p> <p><i>É caso para dizer que como infelizmente estou desempregado outro site importante que consulto diariamente é o da segurança social, até para acompanhar os meus direitos e deveres e toda a minha atividade como trabalhador e também como desempregado.</i></p>

		<p>5.2. Utiliza a internet para obter informação ou interagir com instituições ligadas ao poder político (p.ex: governo, ministérios, câmara municipal, junta de freguesia, etc.)?</p>	<p><i>Quando é para reivindicar algo, é evidente, entro no site da Câmara de Matosinhos.</i></p> <p><i>Hoje em dia também a propósito de reivindicar ou pelo menos dizer alguma coisa, uma das coisas em que gosto de participar de forma educada é entrar no Facebook do Presidente da República e deixar alguns alertas já que ele também aderiu a essa rede, então pelo menos deixo lá uma chega ou pelo menos uma alerta... era importante todos os portugueses descarregarem lá o que lhes vai na alma.</i></p>
	<p>6. Avaliar a influência das TIC nas relações interculturais ou multiculturais</p>	<p>5.3. Alguma vez utilizou a internet para se informar dos seus direitos e deveres enquanto cidadão, trabalhador, etc.?</p>	<p><i>Consulto o Diário da República.</i></p>
	<p>6.1. Está envolvido em alguma rede digital? Porquê? Qual o seu envolvimento?</p>	<p>6.1.1. Comunica com todo o tipo de pessoas ou apenas com pessoas que conhece pessoalmente?</p>	<p><i>O Facebook, o Hi5, o Messenger quem me pôs o bichinho foi a minha filha. Mas eu comecei a achar bastante interessante usarmos o teclado e trocarmos informação por essa via e hoje torna-se um ritual. Ao ligar o computador automaticamente ligo esses canais e depois há sempre alguém que me chama e a partir daí começa o diálogo.</i></p> <p><i>Dou privilégio àquelas que conheço, pontualmente sou capaz de trocar uma ou outra impressão com quem não conheço, mas tento não o fazer, até porque nestas plataformas acabamos, às vezes com um bocadinho de</i></p>

Tema	Categorias	Subcategorias	Unidades de conteúdo
		<p>6.1.2. As pessoas com que contacta vivem todas na sua região, ou país, ou no estrangeiro?</p> <p>6.2. Participa ou já participou em movimentos, reivindicações, petições ou lutas por causas que considera importantes (nacionais e/ou internacionais)? Quais?</p>	<p><i>sorte, por encontrar pessoas que já não vemos há muito tempo e acabamos por recordar.</i></p> <p><i>Em termos de amizade mais próxima, há familiares que emigraram para a Alemanha e para França e é o canal mais rápido e mais fácil, até por razões financeiras, e tem outra coisa é que acabamos por ter acesso à câmara de vídeo do computador e acabamos por nos visualizar e, entre o engraçado e o viciante, acabamos por estar constantemente em contacto.</i></p> <p><i>Recentemente, um da "geração à rasca", através do Facebook associei-me a esse movimento. Há também um movimento que surgiu há pouco tempo onde apela ao voto em branco como forma de condenar os nossos políticos e eu também me associei a esse movimento.</i></p> <p><i>Há por e-mail pessoas que nos enviam petições para condenar a política ou para condenar uma agressão qualquer ao meio ambiente, ou a pedir para não fechar um centro de saúde de uma localidade, e por norma adiro a essas petições.</i></p> <p><i>É muito mais fácil uma pessoa responder via internet do que estar alguém a bater à porta.</i></p>

<p>- Caracterizar a percepção da pessoa relativamente ao papel das TIC no exercício da cidadania</p>	<p>7. Determinar a interferência das TIC na relação com a natureza e o ambiente</p>	<p>7.1 Alguma vez utilizou a internet para se informar de questões ligadas à natureza e ao ambiente?</p> <p>7.2 Tira partido da internet para defender essas questões?</p>	<p><i>(petições online) Eu penso que é conseguido o efeito, não tenho a certeza, mas da minha parte penso sempre que a participação das pessoas é importante.</i></p> <p><i>Fiz algumas pesquisas para o meu portefólio do RVCC.</i></p> <p><i>Há por e-mail pessoas que nos enviam petições para condenar a política ou para condenar uma agressão qualquer ao meio ambiente, ou a pedir para não fechar um centro de saúde de uma localidade, e por norma adiro a essas petições.</i></p>
<p>- Caracterizar a percepção da pessoa relativamente ao papel das TIC no exercício da cidadania</p>	<p>8. Distinguir os aspetos mais pertinentes da utilização das TIC no exercício da cidadania</p>	<p>8.1 Considera que as TIC favorecem a cidadania? Porquê?</p>	<p><i>Favorecem, porque acho que todo o cidadão através da internet consegue-se cultivar e ter pelo menos melhor informação por si, só por isso é importante para todos nós - leva-nos pelo menos a pensar, a deduzir algumas opiniões e ao mesmo tempo a formular questões que se calhar não formulávamos no dia a dia porque simplesmente não damos fé, não vemos não ouvimos e pelo simples ligar do computador e aceder a informação a toda a hora uma pessoa acaba por estar dentro do mundo.</i></p>

Tema	Categorias	Subcategorias	Unidades de conteúdo
		<p>8.2. O que destacaria como aspetos mais vantajosos da utilização das TIC? E menos vantajosos?</p>	<p><i>A informação, saber lidar com o computador desde as compras, ou até saber o preço da gasolina ou a bomba com o preço mais baixo.</i></p> <p><i>O único senão da internet são alguns sites perigosos que prestam um mau serviço, há também pessoas que utilizam a internet para seduzir os jovens e aí é o que eu tenho vindo a educar a minha filha - é saber não dar a identificação, não dizer a idade que tem, não dizer onde reside, para haver alguma segurança por onde navega na internet.</i></p>